

HT-184



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

Faculdade de Letras e Ciências sociais

Departamento de História

Firmino Bernardo Malate

O Contributo da Agricultura Camponesa na Garantia da Segurança Alimentar no Posto Administrativo da Manhica, 1993-2004

Dissertação de Licenciatura

Maputo
2006

Firmino Bernardo Malate

**O Contributo da Agricultura Camponesa na Garantia da Segurança
Alimentar no Posto Administrativo de Manhica, 1993-2004**

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção
do grau de Licenciatura em História na Universidade Eduardo Mondlane

Departamento de História
Faculdade de Letras & Ciências Sociais
Universidade Eduardo Mondlane

Maputo, Maio de 2006

Supervisor: Prof. Dr. Prof. Yussuf Adam

U.E.M. - F.L.C.S.	
R. E.
DATA
AQUISIÇÃO	Oferta
COTA	HT-184

O Júri:

O Presidente

[Signature]

O Supervisor

Yussuf Adam

O Oponente

[Signature]

Data

23, 07, 06

Sumário

Declaração.....	i
Dedicatória.....	ii
Agradecimentos.....	iii
Epígrafe.....	iv
Lista de Figuras.....	v
Lista de Tabelas.....	vi
Lista de Abreviaturas.....	vii
Resumo.....	viii

Capítulo I

1.0	Introdução.....	1
1.1	Objecto de Estudo.....	3
1.2	Objectivo.....	4
1.3	Pergunta de Partida	5
1.4	Hipóteses	5
1.5	Marcos Cronológicos.....	6
1.6	Caracterização do Posto Administrativo da Manhiça.....	6
1.6.1	Localização Geográfica.....	6
1.6.2	Características Climáticas, Hidrográficas e Pedológicas.....	8
1.6.3	A População.....	9
1.6.4	As Infra-estruturas sócio-Económicas.....	10
1.6.5	A Agricultura.....	12
1.6.6	A Situação Sócio-Económica de 1975 a 1993.....	14

Capítulo II

2.0	Metodologia de Trabalho.....	16
2.1	As Fontes Escritas.....	17
2.2	Análise das Entrevistas.....	18
2.3	Definição de Conceitos.....	20
2.4	Revisão da Literatura.....	25

Capítulo III

3.0	A Agricultura Camponesa e Segurança Alimentar em Manhiça.....	30
3.1	Apresentação dos Resultados.....	31
3.1.1	A Produção e Disponibilidade de Alimentos entre 1993 e 2004.....	31
3.1.2	Os Factores que Condicionaram a Produção Agrícola e Segurança Alimentar...	33
3.1.3	Estratégias de Sobrevivência Adoptadas pela População.....	34
3.1.4	A Comercialização Agrícola.....	36
3.2	Análise e Discussão dos Resultados.....	37
3.2.1	Análise da Produção e Disponibilidade de Alimentos e Seus Condicionantes	37
3.2.2	Análise das Estratégias de Sobrevivência	40
3.2.3	Implicações da Comercialização da Produção.....	41
3.2.4	O Impacto das Doenças Sobre a Segurança Alimentar.....	42

Capítulo IV

4.0	Conclusão.....	43
	Bibliografia.....	45
	Anexos.....	50

Anexo nº 1	Mapa do distrito da Manhiça.....	50
Anexo nº 2	População do Posto Administrativo da Manhiça.....	51
Anexo nº 2	Situação Escolar da Região.....	51
Apêndice A	Evolução da Produção Agrícola, 1994-2004.....	53
Apêndice B, B1 e B2	Evolução dos Rendimentos por Cultura, 1994-2004.....	54
Apêndice C	Evolução das Áreas e da Produção Agrícola Familiar, 94-97/2003/04....	57
Apêndice D	Duração das Reservas Alimentares.....	58
Apêndice E	Preços de comercialização	59
Apêndice F	Relação entre a Precipitação e a Produção Agrícola.....	60
Apêndice G	Guião de Entrevistas.....	61

Declaração

Declaro que esta Dissertação que nunca foi apresentada na sua essência para obtenção de qualquer grau e que ela constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes que utilizei.

Dedicatória

À memória da minha mãe Adélia (Quitéria) Nhantumbo

Pelo seu empenho na minha educação e formação:

PAZ À SUA ALMA!

Agradecimentos

Ao corpo docente da Faculdade de Letras e Ciências Sociais, em especial o do Departamento de História da UEM.

Ao meu supervisor, Prof. Dr. Yussuf Adam pela sábia orientação, acompanhamento e exigências permanentes à honestidade científica no trabalho;

Aos meus avôs José Malate e Verônica Zacarias e filhos (meus tios): Belmiro e Assa, Humberto e Amina, Domingos e Ester, Cândido, Valter, Tininho e Betinha pela exímia e inesquecível contribuição que prestaram à minha formação;

Ao meu pai Bernardo Malate, meus irmãos Horácio, Balbina, Armindo e Hermília; à tia Felizarda e ao Prof. Valério por todo o apoio prestado na minha vida pessoal e estudantil.

Os agradecimentos são extensivos aos colegas de turma em especial ao grupo de "combate"-(G7): Arão, Humberto, Nhazilo, Meirinho, Pantie, Rui, etc.

Ao sr. Gabriel Chambe, Zacarias Mbeve e Hilário Malate (Manhiça), pelo apoio prestado durante o trabalho de campo.

Não são esquecidos todos os que directa ou indirectamente contribuíram para que este dia chegasse.

À Última, tu sabes porquê...!

Nib'ongile

Epígrafe

"A segurança Alimentar é uma das mais importantes dimensões de desenvolvimento sócio-económico sem a qual uma sociedade não pode progredir. Pode ser descrita como um fenómeno relativo a indivíduos; como um estado nutricional dos membros da família que é o último foco e risco de não se atingir o status adequado".

Agostinho do Rosário, 1999

Lista de Figuras

- Figura nº 1-** Evolução Percentual dos Rendimentos por Cultura, 1994-2004.....55-56
- Figura nº2-** Evolução das Áreas e da Produção Agrícola Familiar, 94-97/2003/04..... 57
- Figura nº3-** Relação entre a Precipitação e a Produção Agrícola..... 60

Lista de Tabelas

Tabela nº1- População do Posto Administrativo da Manhiça.....	51
Tabela nº2- Situação Escolar da Região.....	51
Tabela nº3- Evolução da Produção Agrícola, 1994-2004.....	53
Tabela nº4- Duração das Reservas Alimentares.....	58
Tabela nº5- Preços de comercialização.....	59

Lista de Siglas e Abreviaturas

BIM	Banco Internacional de Moçambique
DDA-Manhiça	Direcção Distrital da Agricultura da Manhiça
DDE	Direcção Distrital de Educação
DDICT	Direcção Distrital de Indústria Comércio e Turismo
EN1	Estrada Nacional nº1
FAO	Fundo das Nações Unidas para a Agricultura
GAV	Grupo Multi-Sectorial de Avaliação da Vulnerabilidade
MADER	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
MARAGRA	Marracúne Agrícola Açucareira
ONU	Organização das Nações Unidas
MT	Ministério do Trabalho
PAM	Posto Administrativo da Manhiça
PDRM	Projecto de Desenvolvimento Rural da Manhiça
SETSAN	Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutrição
UNDP	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Resumo

O estudo do "Contributo da Agricultura Camponesa na Garantia da Segurança Alimentar no Posto Administrativo da Manhiça, 1993-2004" é o tema central desta dissertação. O trabalho visa contribuir para a compreensão do papel da agricultura camponesa na garantia das condições alimentares das famílias cuja sobrevivência depende da sua produção agrícola.

Para o efeito foram consultadas fontes escritas em diversas bibliotecas e instituições da cidade e província de Maputo, com abordagem específica da agricultura camponesa e segurança alimentar. Foram recolhidas estatísticas de produção pré-existentes na DDA da Manhiça, complementadas por entrevistas semi-estruturadas (individuais e colectivas) e estruturadas no campo, que permitiram analisar a diversidade de dados e opiniões dos entrevistados sobre a produção, consumo, tamanho das machambas, tipo de culturas, comercialização, etc.

A informação recolhida permitiu constatar que a produção agrícola camponesa é influenciada pelas condições climáticas. A produção alimentar foi baixa devido a ocorrência das calamidades naturais (cheias ou secas) e ainda pragas, roubos, etc. O cultivo de pequenas porções de terra limitou também a quantidade de culturas reserváveis para garantir o consumo familiar. Por isso, cerca de 16.6% dos entrevistados não tinham reservas para um mês e 44.4% tinham reservas para 2 a 4 meses, sendo o resto do tempo vivido sob insegurança alimentar.

A sobrevivência foi garantida pelo ganho-ganho, compra de alimentos nos mercados, remessas do trabalho migratório, ofertas pelos familiares e amigos, etc. O ganho-ganho foi a estratégia de sobrevivência mais praticada, contribuindo para a consolidação da diferenciação social entre os camponeses e a perpetuação da dependência dos camponeses pobres em relação aos ricos.

Palavras-chaves: História, Agricultura Camponesa, Desenvolvimento, Segurança Alimentar e Estratégias de Sobrevivência.

Capítulo I

1.0-Introdução

A questão da agricultura tem suscitado grandes debates nos países em desenvolvimento, em particular os países africanos, na tentativa de encontrar soluções para a segurança alimentar.

No caso específico de Moçambique, a agricultura e os recursos naturais são assumidos como base da economia familiar, responsável pela garantia da segurança alimentar, principalmente nas famílias pobres em que a sua sobrevivência depende da produção agrícola.

A segurança alimentar é considerada uma das medidas impulsionadoras do desenvolvimento sócio-económico sem a qual nenhuma sociedade pode progredir¹. Reside neste aspecto, a importância dada ao estudo da relação entre a agricultura e segurança alimentar com vista a compreender a dinâmica sócio-económica das actividades produtivas em conexão com as condições naturais, económicas existentes e a orientação dada à produção agrícola pelos camponeses do posto administrativo da Manhiça.

Desde o período pré-colonial e colonial, a estrutura agrária da Manhiça é caracterizada por uma forte dinâmica produtiva devido às suas potenciais condições agro-ecológicas. No período colonial esta região beneficiou-se de grandes investimentos agrícolas no âmbito da política de povoamento das principais baixas dos principais rios, como a do Incomati. Mas, com as nacionalizações em 1974, verificou-se a ruptura da produção, acentuada com a intensificação da guerra a partir de 1984 que destruiu as fontes de produção alimentar e reprodução social no meio rural. Esta situação coincidiu com a crise alimentar africana que incentivou as primeiras abordagens sobre a segurança alimentar em África, particularmente em Moçambique².

¹ Rosário, 1999:20

² Frankenberger and MacCaston- <http://www.fao.org/docrep/005/y4671e/y4671e06.htm> (15.12 2005- 11:35h)

O reassentamento da população na sequência do fim da guerra em 1992, favoreceu o relançamento da produção agrícola, em particular na Manhiça, onde se verificou a distribuição de meios de produção e desenvolvimento das actividades de Extensão Rural³.

Contudo, a questão do acesso à terra como principal meio de produção, a variação das condições climáticas, as infra-estruturas de protecção contra as cheias, a falta de insumos agrícolas, o domínio da população velha e as doenças como a malária, tuberculose, HIV/SIDA, influenciam a produção alimentar, numa economia assente na agricultura⁴. Durante o período chuvoso, a evapotranspiração atinge 1.5 vezes maior que a precipitação, criando riscos de falha das colheitas em 75% das épocas para a produção no sequeiro, afectando directamente o camponês⁵.

A influências destes factores aumenta a dependência das famílias pobres face à agricultura, o que explica o facto de cerca de 5% da população do distrito e 28% do posto administrativo da Manhiça enfrentarem a insegurança alimentar transitória devido à insuficiência das reservas alimentares, mantendo a população num ciclo de incertezas sobre o consumo⁶.

Assim na análise da segurança alimentar são consideradas *a disponibilidade, o acesso e a utilização*, como dimensões que permitem entender, como é que a agricultura contribuiu no alcance da segurança alimentar tendo em conta os factores adversos.

³ Abrahamsson, 2001:216; Rosário, 1999:12

⁴ Anónimo, Relatório da Direcção Distrital da Agricultura (DDA), 1994:11; Mejia, 2000:72

⁵ Chavana, 2003:51-52; Cooptecnical, 1989:7; Mejia, 2000: 24, 72; MISAU/MPF, 1997:3

⁶ ACNUR/PNUD, 1997: 9; Chavana, 2003:36

1.1. Objecto de Estudo

O estudo do " Contributo da Agricultura Camponesa na Garantia da Segurança Alimentar no Posto Administrativo da Manhiça" é o tema central desta dissertação. Pretende-se compreender a relação entre a agricultura e a segurança alimentar e o seu papel na satisfação das necessidades alimentares das famílias camponesas entre 1993 e 2004.

É importante analisar as formas e volumes de produção, distribuição e consumo de alimentos no seio das famílias, tendo em conta os factores que influenciam a agricultura, nomeadamente: as variações climáticas, as calamidades naturais, a oscilação dos preços do mercado, etc.

O estudo da segurança alimentar e sua relação com a agricultura tem merecido debates a nível nacional e internacional. Constitui uma contribuição para compreender como os diversos factores influenciam na produção e segurança alimentar e que decisões os camponeses tomam para a sua sobrevivência.

A escolha do tema resultou da necessidade de estudar a história económica e social ligada à produção agrícola camponesa e a sua influência na vida dos camponeses. Contribuiu também para a escolha o facto de ser originário de uma família camponesa e lá ter passado a maior parte da minha infância e vivido parcialmente os problemas da agricultura. Este interesse ganhou substância, após a leitura do boletim informativo do SETSAN de 2004, referindo-se a existência de focos de insegurança alimentar, mediante um estudo realizado de Março a Abril de 2004 a 3.647 pessoas. Este estudo constatou a existência de 2.891 pessoas em situação de insegurança alimentar corrente e 1.756 pessoas em situação de risco para o período entre Outubro de 2004 e Março de 2005. A causa desta situação foi a falta de chuva, o impacto do HIV/SIDA e da malária na redução da capacidade produtiva da força de trabalho.

A escolha da área de estudo foi também influenciada pelo referido boletim, mas contribuiu também a sua localização numa zona com potencialidades agro-ecológicas (clima e solos férteis) para a prática da agricultura devido à existência de uma vasta rede hidrogáfica constituída pelo rio Incomati, seus afluentes e algumas pequenas lagoas. Devido a estas condições regista-se a prática da agricultura, tanto nas terras arenosas como nas terras do vale, onde já antes da ocupação colonial se produzia mapira, mexoeira, batata-doce, amendoim, que serviam tanto para a alimentação como para a troca por outros artigos que satisfizessem as necessidades humanas.

A relativa proximidade da Manhiça em relação à cidade de Maputo (80km), cujo custo de transporte é também relativamente baixo e o conhecimento da língua local, foram elementos facultativos do acesso ao local e comunicação com a população.

1.2- Objectivos:

Geral

O objectivo do estudo é contribuir para a compreensão do papel da agricultura camponesa na garantia da segurança alimentar e bem-estar social das famílias cuja sobrevivência depende da sua produção agrícola.

Específicos

- Identificar as principais características da agricultura e o seu impacto na produção agrícola alimentar entre a população local.
- Identificar os principais limitantes da produção agrícola camponesa e sua influência na segurança alimentar da população da área de estudo.
- Analisar a dinâmica das relações de género no processo de produção agrícola familiar e distribuição de rendimentos para garantir a segurança alimentar.

- Explicar a importância das estratégias de sobrevivência como recurso para a garantia da segurança alimentar da população a médio e longo prazos.

1.3- Pergunta de Partida

- Terá a agricultura camponesa sido determinante na garantia da segurança alimentar da população do Posto Administrativo da Manhiça, entre 1993 e 2004?

1.4- Hipóteses

- O fim da guerra e o retorno dos refugiados e deslocadas ao meio rural, permitiu o relançamento da produção agrícola pela população local, com vista a exploração do potencial agro-ecológico existente.
- A organização social das actividades produtivas camponesas, o acesso aos factores de produção (terra, instrumentos e insumos agrícolas, crédito) e as doenças como a malária e o HIV/SIDA, influenciaram a segurança alimentar da população.
- O predomínio da população camponesa velha, a acção dos factores naturais e climáticos (produtividade dos solos, irregularidade da chuva, cheias, secas) e das pragas, determinaram o papel da agricultura na garantia da Segurança Alimentar.

1.5. Marcos Cronológicos

O ano de 1993 marca o período imediato ao fim do conflito armado após a assinatura do Acordo Geral de Paz. Este acordo, criou um ambiente sócio-político favorável ao relançamento da agricultura no país, incluindo o distrito da Manhiça, com o reassentamento dos ex-deslocados e refugiados e distribuição de instrumentos de produção no meio rural, que iniciou em 1993⁷.

No ano de 2004 o Grupo de Avaliação da Vulnerabilidade do Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutrição (SETSAN) realizou um estudo sobre a segurança alimentar nos distritos do Centro e Sul do país, entre Março e Abril de 2004. No distrito de Manhiça, constatou a existência de 2891 pessoas em situação de insegurança alimentar corrente e 1756 pessoas em situação de risco para o período de Outubro de 2004 e Março de 2005⁸.

1.6- Caracterização do Posto Administrativo da Manhiça

1.6.1-Localização Geográfica

O posto administrativo da Manhiça localiza-se na região Centro-Occidental do distrito da Manhiça, a cerca de 80km da cidade de Maputo, tendo como limites, o posto administrativo 3 de Fevereiro e Ilha Josina Machel, ao Norte; posto administrativo da Maluana ao Sul; Calanga a Leste e Pessene (Moamba) a Oeste. É atravessado pela Estrada Nacional nº1 e pela Linha Férrea que o liga a cidade de Maputo, cidade do Chókwè e ao vizinho Zimbábwe. O mesmo encontra-se dividido em duas localidades: Localidade da Manhiça e Localidade de Maciana, incluindo a Vila-sede de Manhiça.⁹ (*vide o mapa- anexo A*)

A partir do século XVI (c. de 1554), iniciam as primeiras referências sobre Manhiça no âmbito das viagens de “descobrimientos” europeus. Nesta altura os povos da região eram independentes e praticavam diversas actividades económicas para o seu sustento como: a

⁷ Abrahamsson, 2001: 216; Nhantumbo, 2002:142.

⁸ Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutrição (SETSAN), 2004: 2; 6

agricultura, pecuária, pesca, caça, etc. A chegada dos europeus criou conflitos com os povos da região à volta da baía da Lagoa pelo controlo de gado, sem afectar a sua independência. Foi neste contexto que entre 1545 e 1703, o reino da Manhiça, Cherinda e seus vizinhos, desenvolveram relações comerciais com os europeus, árabes e indianos ao longo do rio Incomati, conduzindo à construção de feitorias comerciais de marfim e baleias em troca de panos pretos, missangas e velório em 1623¹⁰.

Em 1823 (séc.XIX), a região foi invadida pelos exércitos nguni de Sochangane e Zwangendaba, a caminho do Norte. Após a sua passagem a população recuperou parcialmente a sua independência mas, veio a perder após a morte de Manicusse em 1858, que conduziu a um novo abalo na sequência da guerra de sucessão entre Muzila e Mawewe, devido à importância geo-estratégica das terras da Manhiça como fronteira com as terras de Gaza. Esta culminou com a submissão dos reinos locais, incluindo Manhiça, Cherinda e Jujote, que passaram a prestar vassalagem ao Estado colonial para reverter a Gaza em 1866. Com a ocupação portuguesa em 1895 Manhiça tornou-se na segunda circunscrição do distrito de Lourenço Marques com a nomeação do administrador residente da povoação, pelo Decreto Provincial nº 78-A de 7 de Dezembro de 1895 do comissário régio António Enes, sobre a divisão administrativa. Mas, em 1957 a circunscrição foi extinta pela Portaria 11 978 de 18 de Maio, tendo sido criado o concelho local e a sede elevada à categoria de vila. Seguidamente, em 1962 pelo Diploma Legislativo 2:247 de 2 de Junho publicado no Boletim Oficial da província, foi criado o Feriado Municipal, os símbolos locais pelo Diploma 2:280 de 29 de Setembro de 1962, tendo em 1964 pela Portaria 17 716 de 18 de Abril a Comissão Municipal sido elevada à categoria de câmara¹¹.

Após a independência, a vila foi extinta pelas leis 6/78 e 7/78 de 22 de Abril e transformada a Câmara Municipal em Concelho Executivo Distrital, e posteriormente pela lei

⁹ Instituto Nacional de Estatística (INE), 1999:7; Chavana, 2003:21

¹⁰ Martinez, 1975:4; Montez, 1948:30-36; Lobato, 1949:15

9/87 de 25 de Abril, e elevada à categoria "D", tendo em 1994 sido transformado em distrito municipal pela lei nº 3/94 de 13 de Setembro e revogada pela lei nº 2/97 que a elevou a categoria de município¹².

1.6.2- Características Climáticas, Hidrográficas e Pedológicas

O posto administrativo da Manhiça encontra-se na faixa costeira, numa zona de altitudes inferiores a 200m¹³. À semelhança de todo o país, o distrito possui um clima tropical com temperaturas médias anuais de 23.1 graus centígrados, sendo as médias máximas e mínimas de 23.9 e 16.3 graus, respectivamente.

O seu padrão pluviométrico regular, em termos normais, situado entre 800-1000mm, permitia a prática da agricultura com duas colheitas por ano, devido à influência da bacia do rio Incomati, cujo caudal do rio possui água durante todo o ano. A relativa redução do seu caudal situa-se numa média anual de 34 000 000 m³ na época seca (entre os meses de Maio e Outubro), porém, suficiente para a agricultura¹⁴.

A sua bacia é composta por vários afluentes nas principais baixas, como: Alvor e a vala de Moçambique na localidade da Manhiça, os rios Xiculuvanine e Cuavene na localidade de Maciana, incluindo a lagoa Culuvene na localidade da Manhiça¹⁵.

Os solos da área de estudo apresentam um aspecto arenoso na zona do sequeiro (*ntlhava*), com fraca capacidade de retenção da água, onde a agricultura depende das precipitações. Grande parte solos têm défice em teor de húmus, fósforo e potássio mas possuem reservas regulares em

¹¹ Matos, 1970, cx 11; Dias, 1981: 156

¹² Botelho, 1921:169/70; Guambe et al, 2002: 35

¹³ Relatório da Direcção Distrital da Agricultura, 2002:9

¹⁴ Anónimo (DDA), 1994: 11

¹⁵ Chavana, 2003:22

cálcio e nitratos de reacção sub-alcalina. As zonas férteis são as mais povoadas e com prática da agricultura em pequenas propriedades familiares¹⁶.

Nas zonas baixas junto à margens do rio Incomati, os solos apresentam um aspecto *argiloso e aluvionar* localmente conhecidos por *nyaka*, bastante heterogéneos em materiais orgânicos depositados pelas cheias em função do volume de cada caudal de cheias. Estes solos são considerados adequados para a prática da agricultura, por serem atravessados por linhas de água e pequenas lagoas que drenam as suas águas sobre eles. Porém, a característica argilosa dos solos dificulta o escoamento das águas criando focos de salinização tanto primária como secundária das águas e dos solos¹⁷.

1.6.3- A População

A região da Manhiça é historicamente habitada por povos falantes do *ronga* da região do Incomati pertencentes ao grupo *tsonga* do sul de Moçambique, existindo alguma heterogeneidade entre os núcleos falantes de *chope* em Calanga e Xinavane, macondes em Maciana e outros habitantes de origem diversa¹⁸.

Existe na região uma tradição de movimento migratório para o trabalho assalariado nas plantações e minas da África do Sul e Swazilândia, incluindo a imigração para Xinavane, Palmeira e Manhiça, cujo trabalho contribui para o reforço da economia familiar¹⁹. Grande parte da população rural vive em palhotas dispersas em diversas povoações formadas mediante o circuito de relações de parentesco dentro da estrutura da comunidade.

Actualmente, cerca de 74% da população vive em construções de pau-a-pique, sem água canalizada, recorrendo a furos e poços, nascentes e lagoas. Contrariamente cerca de 26% das

¹⁶ Ferreira, 1953:2-3

¹⁷ Ferreira, 1953:1-4; DDA. 11-12

¹⁸ vide Junod, 1996:46; Dias, 1981: 157 e Montez, 1940:68-71

¹⁹ Rita-Ferreira, 1963: 11-15, refere que o trabalho migratório no sul de Moçambique remonta do século XVII.

população vive em casas convencionais e de madeira e zinco, com água canalizada, principalmente na vila da Manhiça e na localidade de Maciana (fornecida pela Maragra)²⁰.

Até 1997, a região tinha uma população de 40.621 habitantes, dos quais 18.167 homens e 22.173 mulheres, representando 31,16% do total do distrito. Este correspondia a cerca de 9755 agregados familiares de um total de 30.399 ao nível do distrito. A sua densidade populacional é de 123,8 hab/km², contra 62,6 hab/km² do distrito da Manhiça. Desta população, 25,56% é urbana e 74,44% é rural, sendo a maioria constituída por jovens (53,38%), adultos (38,40%) e idosos (8,22%). (*anexo n°2-tabela n°1*)

1.6.4- As Infra-Estruturas Sócio-Económicas

A rede de infra-estruturas sociais e económicas é formada por escolas, hospitais, rede comercial, indústrias, meios e vias de comunicação, que edificam a economia política da região.

Existem no posto administrativo da Manhiça, cerca de 26 escolas, com cerca de 19 068 alunos vindos de todo o distrito e de outros cantos do país, servidos por 690 professores, que à semelhança do sector da saúde, grande parte dos professores e enfermeiros nelas afectos são oriundos de fora da região, (*anexo n° 2-tabela n° 2*).

Os serviços de saúde são prestados basicamente em três unidades sanitárias nomeadamente: o centro de saúde da Manhiça, o centro de saúde de Maciana e o posto de saúde de Chibututuine. Mas os internamentos de doentes são feitos apenas no centro de saúde da Manhiça, com uma capacidade para 109 pacientes, junto ao Centro de Investigação em Saúde da Malária. É servido por um médico e cerca de 29 enfermeiros, 11 técnicos de saúde, 17 serventes

²⁰ ACNUR& PNUD, 1997:8

e outro pessoal de apoio e o posto de Maragra tem 17 enfermeiros, 21 técnicos e 5 parteiras e ainda um técnico de saúde afecto no posto de saúde de Chibututuine²¹.

A rede comercial é composta por cerca de 110 estabelecimentos, grande parte dos quais se situam na vila da Manhiça (17 lojas, 4 restaurantes, 2 mercados formais e outros informais)²². Os mercados informais operam em vários locais estratégicos, como: a vila-sede, Maragra e Maciana: Estação Ferroviária da Manhiça, na EN1, Mimangueni e Nwancacana. Estes mercados possuem ligações regionais com comerciantes de outras áreas como cidade de Maputo, Inhambane, Manica e outros distritos vizinhos para a compra e venda de produtos vindos desses locais ou produzidos localmente²³.

A energia eléctrica beneficia apenas 410 (1.0%) dos agregados familiares, em construções de raiz da vila da Manhiça e Maciana, sendo de destacar a importância das bombas de abastecimento de combustível de viaturas e de consumo doméstico (petróleo)²⁴. Os grandes consumidores da energia eléctrica são as instituições estatais e privadas incluindo indústrias locais como a Maragra, a principal unidade, fundada em 1963, paralisada pela guerra em 1986 e reaberta em 1999. Esta unidade emprega cerca de 3.119 trabalhadores, dos quais 1.914 são homens e 1.205 são mulheres, repartidos em 2.485 trabalhadores agrícolas e 634 operários industriais, sendo 60.21% efectivos e 38.79% sazonais, sita em Maciana²⁵.

Contudo, são escassos os dados sobre o número de trabalhadores empregues nas várias unidades empregadoras que permitiriam elucidar o universo dos trabalhadores da região etc.

A EN1 e a linha férrea são as principais vias de comunicação que ligam Manhiça a outras regiões do país. É ao longo destas vias que funcionam as redes telefónicas fixa e móvel,

²¹ Chavana citando DDSM, 2003; Relatório do Concelho Municipal da Manhiça e Direcção Distrital de Saúde da manhiça (CMVM) e (DDSM), 2005

²² Relatório da Direcção Distrital da Indústria Comércio e Turismo (DDICTM), 2005:24

²³ ACNUR/PNUD 1997:10

²⁴ Chavana, 2003:29

²⁵ DDICTM, 2005:27

incluindo os correios e os Bancos (Austral e BIM), que garantem os serviços básicos de poupança ao nível da região.

Internamente, existe uma rede de estradas que liga os diferentes pontos da região, como: Manhiça-Maragra-Calanga, Manhiça-Bobole, Manhiça-Nhambe, Manhiça-Chinhanguane e outras estradas terciárias da localidade de Manhiça, sendo porém, a ligação com a I. Josina Machel feita pelo transporte fluvial²⁶.

1.6.5- A Agricultura

A agricultura camponesa é a fonte de sustento de população do posto administrativo da Manhiça, sendo praticada tanto nos terras arenosas do sequeiro como na zona baixa do vale do Incomati. É praticada por homens e mulheres mas, com maior participação das mulheres dado que os homens ocupam-se mais do trabalho assalariado na África do Sul, Swazilândia, na cidade de Maputo, nas açucareiras de Maragra e Xinavane, etc²⁷.

Por volta dos século XVI, devido às favoráveis condições agro-ecológicas (clima e solos férteis) existentes, as suas terras foram disputadas para a produção e pastagem. Neste período, a terra era pertença da comunidade, tendo o chefe como órgão de controlo do bem comum, na regulação dos direitos, resolução de conflitos e distribuição das parcelas não ocupadas e as virgens, como percurso essencial para garantir a produção de alimentos, a criação de gado, etc. A época agrícola coincidia com a regeneração das folhas da massaleira e mafurreira (em Julho), após a qual se procedia a preparação da terra para a sementeira (entre Agosto e Outubro).

A partir da ocupação colonial em 1895, ocorreram profundas transformações na exploração da terra com a entrada de colonos portugueses. As terras baixas foram ocupadas para as culturas de rendimento em regime de monocultura como: cana-de-açúcar, arroz, banana, trigo,

²⁶ Relatório Preliminar do Plano de Desenvolvimento do Sector Agrário da Província do Maputo (RPDSAPM), 2005:8,9

tabaco e milho, tendo fundado o Sindicato Agrícola das Bananas em 1928 para defender os seus direitos comerciais, internos e de exportação na então cidade de Lourenço Marques²⁸.

Dentro desta dinâmica foram criadas as reservas indígenas pela legislação de 1918 e em seguida pelas Portarias nº 3.197 de 10 de Novembro de 1937 e 4.360 de 9 de Abril de 1941, expropriando das terras mais férteis para a agricultura e relegando os camponeses para as terras menos férteis do sequeiro, onde a produção agrícola depende das precipitações. Este período coincidiu com a chegada de colonos chineses para o vale do Incomati que fomentaram a produção agrícola na região²⁹.

De uma maneira geral, a agricultura camponesa é de pequena escala praticada com recurso à enxada e tracção animal, rotação de culturas, pousio e queimadas em áreas pequenas sem uso de fertilizantes, mas com maior influência dos factores agro-climáticos e ambientais sobre o grau de produtividade. Geralmente, os camponeses têm várias pequenas parcelas de terra entre 0.5-2 ha descontínuas e dispersas no sequeiro e na baixa como estratégia de gestão de riscos contra as calamidades naturais, de modo a prevenir situações de excesso de água nos machongos e de seca no sequeiro, alternando assim, as fontes de alimentação³⁰.

O acesso à terra em Manhiça é regido pela lei costumeira como pertença da comunidade, cabendo ao chefe o controlo, gestão de conflitos e distribuição das parcelas desocupadas ou virgens. Mas a dualidade jurídica entre a lei costumeira e a lei estatutária actualmente vigente cria contradições legais e causa embaraço aos camponeses³¹.

A produção camponesa serve para o consumo familiar e venda em caso de existência do excedente agrícola. Esta mantém o padrão de culturas alimentares, consistindo em: o milho, mandioca, amendoim, feijão nhemba, batata-doce, banana, abóbora, legumes, hortícolas,

²⁷ Chaúque, 1999:17

²⁸ vide Administração da Circunscrição da Manhiça, 1928; Cx 69

²⁹ Administração da Circunscrição da Manhiça, 1921-1944; Cx 260

³⁰ vide Carvalho, 1969:13; Chonguiça, 1989: 11-12; Figueira e Ferreira, 1958: 18-19

mexoeira, sorgo, cana-doce, etc, cultivados através da enxada de cabo curto. São incluídas as árvores de fruta com: a papaeira, a goiabeira, a laranjeira, o ananazeiro, o cajueiro, a mafurreira, o coqueiro, junto às residências, a pesca e criação de animais de pequena espécie que servem tanto para o consumo como também para o rendimento³²

Porém, a agricultura e segurança alimentar são afectados pela variação do clima e pelas calamidades naturais (cheias e secas), agravadas pela falta de infra-estruturas de protecção que permitam o controlo da cheias, incluindo a oscilação dos preços praticados no mercado dos produtos agrícolas comercializados³³.

Actualmente, a área cultivada do Posto Administrativo da Manhiça é de 11.030ha (9.33% de um total de 118 180ha que correspondem a 50% das terras aráveis, dos quais 19.698ha (8.3% da area total e 16.7% da terras aráveis) situam-se no sequeiro enquanto que 30 820ha (13% do total e 26.1 das terras aráveis) situam-se nas baixas. A area total das terras do distrito e avaliada em 236 369ha. Desta área, 40% é ocupada pelo milho e 32% pelo amendoim, como sendo as culturas dominantes³⁴.

1.6.6- A Situação Sócio-Económica de 1975 a 1993

A crise de produção africana de 1972-74 causada pela seca incentivou o prosseguimento das abordagens sobre a segurança alimentar e coincidiu com a luta de libertação que conduziu à independência nacional. Com o abandono do país pelos portugueses e chineses, em particular os que se encontravam em Manhiça, causou descontinuidade das actividades de produção e uma ruptura dos níveis de produção agrícola.

³¹ Chaúque, 1999:16; Rita-Ferreira, 1963:32

³² Figueira e Ferreira, 1958:19; Mejia, 2000:80

³³ Mejia, 2000:72

³⁴ RPDSAPM-Relatório, 2005:4

Mas, em 1977, Manhiça foi integrada na estratégia de socialização do campo, com a formação de aldeias comunais, machambas colectivas e cooperativas de produção e consumo. A integração não alterou o padrão agrícola da pequena produção familiar mas com grande influência do mercado³⁵.

Nos períodos subsequentes, a produção e distribuição da população no vale do Inkomati foram influenciadas pelas cheias de 1977 que destruíram os bananais e mais tarde pela seca, cheias, o ciclone "Demoína" (entre 1983 e 1985) e a guerra³⁶.

A partir de 1984 a guerra afectou sistematicamente a estrutura sócio-económica da região, com destaque para a produção familiar e industrial, o comércio, as linhas de energia, meios e vias de comunicação. A protecção e assistência à população eram feitas através das associações e aldeias comunais. Como recurso de sobrevivência, a população fomentou a produção de aguardente a partir de açúcar e bagaço da Maragra, transporte de passageiros, o trabalho assalariado e intensificou a migração para as cidades e minas da África do Sul³⁷.

A partir de 1987, com a implementação de vários projectos como o de Desenvolvimento Rural da Manhiça, fomentou a produção de culturas de rendimento com o fornecimento de meios de produção, construção e manutenção de infra-estruturas de irrigação, comercialização, criação de associações, serviços de mecanização e extensão rural, etc³⁸.

O fim do projecto coincidiu com o fim da guerra em 1992, fazendo crer que se tratava de um projecto de emergência, mas a estrutura agrária melhorou com o relançamento da agricultura em 1993 com o regresso dos deslocados e refugiados para o meio rural.

³⁵ Cardoso, 1993:243; nesta altura havia cerca de 28 cooperativas com 1800 membros. O sector privado era basicamente formado pelas açucareiras da Maragra e Xinavane e ainda a fábrica de descasque de arroz e outra de citrinos.

³⁶ Para além da Vila da Manhiça a população deslocou-se para a cidade de Maputo, a África do sul, Swazilândia e outros pontos do país.

³⁷ Cardoso, 1993:243/44

Capítulo II

2.0- Metodologia de Trabalho

Para a elaboração do trabalho partiu-se do princípio de Thiollent³⁹ segundo o qual "a metodologia é o modo de conduzir uma pesquisa, podendo ser o conhecimento geral e habilidade científicos, e a forma como se reúnem elementos que orientam o pesquisador no processo de investigação, tomada de decisões, selecção de conceitos, hipóteses, técnicas e dados adequados".

Por sua vez, Silva⁴⁰ defende que "a metodologia ajuda o pesquisador a reflectir e instigar um novo olhar sobre o mundo, através da curiosidade, indagação, criatividade, humildade, imaginação, etc", sendo este, "um processo controlável e previsível" feito pelo pesquisador.

A base para a elaboração do trabalho foi o recurso à pesquisa documental em diversas bibliotecas e instituições da cidade e província de Maputo⁴¹, entrevistas semi-estruturadas (individuais e colectivas), estruturadas e histórias de vida dos informantes.

A recolha de dados foi feita através de consulta de fontes escritas publicadas e não publicadas, incluindo entrevistas e histórias de vida de potenciais informantes com idades entre 20 e 70 anos. Foram também recolhidos dados estatísticos pré-existentes na DDA-Manhiça sobre a produção agrícola do distrito durante o período em estudo.

As entrevistas foram realizadas em dez dias (de 10 a 20 de Janeiro de 2005) a 54 pessoas, correspondentes a 0.13% da população total. A sua selecção foi feita de forma intencional com auxílio e acompanhamento das autoridades da Agricultura ao nível do Distrito e do Concelho Municipal da Manhiça, de modo a se explorar o essencial dos seus conhecimentos sobre a produção agrícola e consumo alimentar no distrito em geral e no posto administrativo em

³⁸ MINAG/Cooptecnical, 1990:2-3

³⁹ Thiollent citado por Mechisso, 2002:4

⁴⁰ Silva, 2001:9

⁴¹ A pesquisa foi feita nas seguintes bibliotecas: Arquivo Histórico de Moçambique, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Centro de Estudos Africanos, LINK das ONG's, Ministério da Agricultura, DDA-Manhiça e Concelho Municipal da Manhiça, Internet e arquivos pessoais do Dr. Yussuf Adam.

particular. Neste caso, foi importante o acompanhamento do vereador para a área da agricultura no município da Manhiça, o sr Zacarias Mbeve e do chefe dos Serviços de Extensão Rural, o sr. Gabriel Chambe que devido a sua competência permitiram a realização do trabalho sem dificuldades dignas de menção. As entrevistas decorreram nas regiões de Cambeve, Maciana, Nwachinengane, Ribangue, Ribjene, Chibututuíne e na Vila da Manhiça.

A língua local (o ronga) foi o principal meio de comunicação com os entrevistados, o que conferiu maior liberdade dos entrevistados na prestação das informações necessárias.

As histórias de vida foram feitas através das entrevistas sobre o passado histórico individual, principalmente sobre as acitvidades económicas, posses materiais e hábitos alimentares permitindo elucidar aspectos importantes à análise da segurança alimentar na região.

2.1- As Fontes Escritas

Foram usadas em combinação, fontes escritas e orais (baseadas em entrevistas) que permitiram a análise do tema em estudo. Muitas das fontes consultadas consistiram em trabalhos académicos publicados e não publicados e ainda alguns relatórios produzidos com interesses não académicos. Este material aborda especificamente a matéria em estudo, razão pela qual mereceu eleição para a consulta neste trabalho. Trata-se de uma literatura específica que aborda a agricultura, segurança alimentar, pobreza, desenvolvimento e que foi vista em comparação com a realidade encontrada no campo.

A literatura revista apresenta algumas opiniões diversas, principalmente no capítulo da referente à produção e consumo ou venda no mercado. Porém há convergência na caracterização da agricultura, e sua relação com a segurança alimentar mas, considerando a diversidade das fontes que contribuem para o crescimento da economia familiar.

A literatura sobre a segurança alimentar apresenta um quadro evolutivo da sua concepção e abordagem ao longo do tempo que permitiram dimensioná-la nas vertentes social e económica.

O trabalho de campo, a recolha de dados não foi fácil, principalmente porque a documentação sobre a produção agrícola se encontrava indisponível na DDA-Manhiça para o acesso ao público. A que foi disponibilizada apresentou-se fragmentada denotando uma aparente desvalorização do documento ao nível desta instituição, não obstante o seu valor informativo⁴².

Esta situação foi retratada na explicação dada pelo então chefe dos Serviços Distritais de Extensão Rural, o Sr. Gabriel Chambe, segundo a qual:

"muitos dos dados referentes às campanhas agrícolas do período entre 1993 e 2002, antes da minha chegada, foram quase todos deitados e não havia registo informático da informação. Isto acontece porque os funcionários mal informados acham que depois de 5 anos, qualquer documento perde o seu valor informativo⁴³"

A informação disponibilizada continha algumas disparidades nos dados estatísticos quando comparados entre si, o que sugere tratar-se de resultados administrativamente ^{estimados} para questões de apresentação de relatórios⁴⁴.

2.2- Análise das Entrevistas

As entrevistas foram intencionalmente elaboradas e orientadas para a obtenção de informações específicas sobre a agricultura e segurança alimentar. Foram feitas entrevistas estruturadas e semi-estruturadas (individuais e colectivas), histórias de vida, muitas vezes condicionadas pela disposição ou confiança dos entrevistados em prestar as informações, tendo sido em função disso: individuais ou colectivas. Em certos casos, surgiram interpretações que conotavam o estudo com uma pesquisa de carácter humanitário, facto que obrigou a constantes explicações sobre o objectivo do mesmo. Mas o apoio prestado pelas autoridades distritais e

⁴² Para mais detalhes sobre a documentação agrícola vide: Adam, 1996:2

⁴³ Entrevista com Gabriel Chambe, DDA-Manhiça: 18 de Outubro de 2005

⁴⁴ para mais informações sobre a documentação agrícola vide Adam, 1996:13. Ela acrescenta haver mais tendência ao "secretismo" contra a divulgação sistemática da informação.

municipais ligadas á agricultura foi essencial na realização do trabalho. A abordagem sobre as histórias de vida foi aplicada a pessoas com idade acima dos 35 anos por se julgar possuírem um perfil social capaz de fornecer informações necessárias à análise. Estas permitiram compreender que quase todos os entrevistados tinham o seu quotidiano directa ou indirectamente ligado à prática da agricultura, sendo 90.74% composto por população velha enquanto 9.26% composto por população jovem. A agricultura é complementada por outras actividades como a criação de animais de pequena espécie, o artesanato, participação no mercado como vendedor, compra de alimentos, etc.

2.3- Definição de Conceitos

A definição dos conceitos é uma etapa muito importante na elaboração de trabalhos científicos, pois, permitem a clarificação do procedimento teórico que se pretende seguir, funcionando como base para a compreensão da relação entre a agricultura e segurança alimentar, com particular enfoque para: agricultura camponesa, segurança alimentar, segurança de subsistência, desenvolvimento (rural), pobreza e estratégias de sobrevivência.

Agricultura camponesa- define-se como uma actividade económica de cultivo do solo baseada no trabalho familiar conjunto, não assalariado, e orientado para a satisfação das necessidades básicas de sobrevivência e reprodução dos valores sociais da família, vivendo e produzindo em sociedade⁴⁵. Ela faz parte do conjunto das actividades do sector familiar, cuja diferença com as outras actividades reside nos seus objectivos económicos, a experiência da sociabilidade feita mediante os padrões culturais de cada comunidade que garantem a forma como se inserem na sociedade. Mas, nem todas as explorações agrícolas são de carácter camponês e também são caracterizadas por uma relativa autonomia⁴⁶.

Camponeses- "são unidades de produção agrária com acesso à terra como base de subsistência através da utilização da mão-de-obra familiar num sistema económico abrangente, caracterizado fundamentalmente pela integração parcial em mercados que tendem a funcionar com elevado grau de imperfeição"⁴⁷.

A designação de camponês distingue o produtor para a subsistência do produtor para o mercado de consumo. Mas, o camponês moçambicano não é um actor passivo na dinâmica

⁴⁵ Esterik Food Security, 2004. http://www.igeo.uerj.br/VICBG-2004/Eixo1_098.htm(23.09.2005- 20:24h)

⁴⁶ Cardoso 1991:23, o sector familiar não se restringe apenas à agricultura, pois, inclui também a criação de gado, artesanato, pesca, a criação de animais e outras actividades complementares.

⁴⁷ Cardoso, 1993: 39

económica do país que só produz para a subsistência porque ele vende a sua produção para satisfazer as necessidades de produção e reprodução da família⁴⁸. As famílias camponesas participam no mercado há dez séculos, pois, nenhuma família se satisfaz apenas com comida e roupa, sendo que participa no mercado sempre que a oportunidade justificar. Portanto, todas as famílias buscam rendimentos da articulação entre os sectores agrícola, industrial, comercial e de serviços para garantir a sua reprodução⁴⁹.

A Evolução do Conceito de Segurança Alimentar

O conceito de **Segurança Alimentar** tem um carácter *evolutivo* (a sua definição evolui com a dinâmica do tempo e as tendências de desenvolvimento humano), *inclusivo* (tende a aglutinar todos os indicadores da análise da segurança e desenvolvimento humanos) e *complexo* (envolve todos os sectores da economia e da sociedade, os hábitos culturais e preferências alimentares, bastante diferenciados de indivíduo para indivíduo em função da habilidade na utilização dos alimentos disponíveis para o consumo familiar).

Após a Segunda Guerra Mundial, com a adopção da Declaração Universal dos Direitos do homem pela Organização das Nações Unidas definiu-se a alimentação como um direito fundamental dos cidadãos para um nível de vida activo. Posteriormente, a preocupação sobre a segurança alimentar surgiu dos debates sobre a crise alimentar africana de 1972 e 1974, causada pela seca, que estimulou a sensibilidade da comunidade internacional. Na Conferência Mundial sobre a Alimentação realizada em 1974, a segurança alimentar foi concebida numa perspectiva de permanente disponibilidade de alimentos adequados a nível global e nacional para sustentar

⁴⁸ Adam, 1990:2

⁴⁹ Negrão, 1997:5

uma expansão regular do consumo alimentar e atenuar as flutuações dos preços de produtos básicos"⁵⁰.

As críticas da década de 1980 mostraram que a falta de acesso à alimentação disponível não conduzia à segurança alimentar a nível individual e familiar, dado o facto de a Revolução Verde não ter atingido a África e reduzido a pobreza e os níveis de malnutrição existentes. Deste modo, o conceito foi alargado ao agregado familiar como unidade básica de produção e consumo, mediante a habilidade individual no acesso e utilização dos alimentos disponíveis. Em 1983 a FAO concebeu-o na perspectiva de acesso da população vulnerável à alimentação para assegurar o acesso físico e económico permanente a alimentos básicos necessários. A insegurança alimentar pode ser *crónica* quando resulta de problemas estruturais ou *transitória* devido a intensa pressão dos desastres naturais, conflitos e colapso económico. A disponibilidade, o acesso e utilização figuraram como as três dimensões principais da segurança alimentar⁵¹.

Contudo, nos meados dos anos 90, a componente nutricional foi associada à segurança alimentar no âmbito da promoção dos direitos humanos pela UNDP. O conceito de Segurança humana defendido por este organismo supranacional, significava a protecção das pessoas e promoção da economia, alimentação, saúde, emprego, segurança social e política e preservação ambiental, pressupondo a sobrevivência, bem-estar e liberdade humanos. Este princípio, influenciou as concepções sobre o conceito na Conferência Mundial sobre a Alimentação em 1996, com o seu alargamento às escalas individual, familiar, nacional, regional e global, com particular realce para as componentes de dieta e preferências alimentares da população. Assim, em 2001 o conceito foi definido como "acesso físico, social e económico, permanente, a

⁵⁰ Maxwell e Wiebe, 1998:8; Frankenberger and McCaston. <http://www.fao.org/docrep/x0051t/x0051t05.htm>(15.12.2005- 11:35h)

⁵¹ Frankenberger and McCaston. <http://www.fao.org/docrep/x0051t/x0051t05.htm>(15.12.2005- 11:35h); <http://www.fao.org/docrep/005/y4671e/y4671e06.htm> (15.12.2005- 10:42h)

alimentos suficientemente nutritivos e seguros para a satisfação das necessidades de dieta e preferências alimentares que garantam uma vida activa e saudável"⁵².

Para este trabalho, **Segurança alimentar** significa "acesso físico e sócio-económico regular, de todos os membros da família à alimentação suficientemente disponível, nutritiva e segura, para a satisfação das necessidades de dieta, hábitos culturais e preferências alimentares de cada indivíduo". Este acesso depende da capacidade de produção e fornecimento de alimentos suficientes em quantidade, qualidade e variedade adequados, o que permite um adequado crescimento da família, incluindo o acesso a água potável, higiene, habitação, educação, cuidados sanitários e de saúde. Geralmente as falhas de *disponibilidade, acesso e utilização*⁵³ dos alimentos para os camponeses resultam da pobreza, conflitos, desastres naturais e epidemias, cuja acção singular ou combinada resulta na falta de segurança alimentar⁵⁴.

Segurança de subsistência- é uma medida de sustento quotidiano que integra a segurança alimentar, definida como sendo "o fluxo de alimentos e posse de reservas adequados à satisfação às necessidades básicas, mediante o acesso aos meios de produção de alimentos ou de geração de rendimentos". O seu falhanço afecta a segurança alimentar e torna a população vulnerável à fome⁵⁵.

Estratégias de Sobrevivência- são "mecanismos que garantem condições de manutenção da família e minimizar o risco para satisfazer as necessidades alimentares face à crise. Elas são

⁵² Frankenberger and McCaston. <http://www.fao.org/docrep/x0051t/x0051t05.htm> (15.12.2005- 11:35h); <http://www.fao.org/docrep/005/y4671e/y4671e06.htm> (15.12.2005-10:42h)

⁵³ sobre estes conceitos vide a página 29.

⁵⁴ Rosário, 1999:19, 17 e 24; <http://www.cnpt.embrapa.br/noticias/not.0532.htm> (30 .09. 2005-9:25h)

⁵⁵ Maxwell e Wiebe, 1998:9 e 14

circunstanciais e variam de indivíduo para outro e têm um período de vigência limitado pela duração da crise⁵⁶.

Pobreza- "é a incapacidade de indivíduos de garantir a si próprios e seus dependentes um conjunto de condições básicas mínimas de sobrevivência. Ela é determinada por vários factores como: baixos índices de crescimento económicos dos anos de 1990, baixo nível de escolaridade, elevado grau de dependência dos agregados familiares, baixa produtividade agrícola, falta de emprego e falta de infra-estruturas nas zonas rurais, etc⁵⁷".

Desenvolvimento- trata-se de um conceito subjectivo, carregado de um pensamento evolucionista e inclusivo. Deve ser entendido como um processo integrado, carregado de valores que englobam um ambiente natural, as relações sociais, a produção, acesso à alimentação, meio ambiente puro, vestuário, água, habitação com higiene, educação, saúde e o bem-estar, numa perspectiva de aumento de recursos e resultados que confirmam auto-suficiência de indivíduos e famílias⁵⁸. Portanto, ele resulta de visões e esforços do foro endógeno da sociedade na exploração dos recursos naturais e humanos e só depois com o esforço exógenos, sendo possível articulando as esferas de crescimento económico, equidade social, uso racional dos recursos naturais e a boa gestão, com o objectivo de melhorar as condições de vida da população⁵⁹.

⁵⁶ Vugt, 1992:3; Woodgate citado por Chavana, 2003:16

⁵⁷ Organização das Nações Unidas e Ministério do Trabalho (ONU e MT), 2000:17

⁵⁸ Adam, 2006:109

⁵⁹ Anónimo, 2000:1

2.4- Revisão da Literatura

A revisão da literatura foi feita no intuito de enquadrar as teorias consideradas válidas para a análise da dinâmica da agricultura como base para o alcance de um padrão nutricional satisfatório à população. As teorias traçam o cenário em torno da agricultura camponesa e segurança alimentar, à luz dos últimos debates sobre a alimentação na África Subsaariana.

Segundo o Notícias⁶⁰, até 1995 a África era a única região do mundo cuja produção agrícola baixou em cerca de 20% por cada habitante, havendo cerca de 70 milhões de pessoas em situação de carência alimentar. A produção de cereais na África Austral foi afectada pela seca e pragas, que acentuaram a dependência face às importações.

Para Whitlock⁶¹, antes de 1974 a segurança alimentar no sul de Moçambique foi garantida pelos rendimentos dos serviços de transportes e portos, as remessas dos trabalhadores migrantes e exportações permitiram a aquisição de cereais. Por sua vez, Abrahamsson e Nilsson⁶² corroboram Castel-Branco⁶³ ao defenderem que a crise económicas conduziu o governo à adopção da estratégia de modernização da agricultura, em que as terras dos camponeses foram expropriadas a favor das empresas estatais, o que afectou a produção camponesa. As dificuldades de consumo alimentar estenderam-se por todo o país, tendo levada à mudança de paradigma a partir de 1983, sem contudo, resolver a situação do campesinato. Neste período, foram supridos os subsídios à agricultura, a guerra e os desastres naturais agravaram a situação económica de cerca de 85% da população que contribuía com 70% da produção nacional e 1/3 da produção comercializada.

⁶⁰ vide Notícias, 17 de Abril de 1995:12, citação a Idris Nur em Conferência Sobre a Segurança Alimentar e Desenvolvimento Agrícola em África, realizada em 1995.

⁶¹ Whitlock, 1996:3

⁶² Abrahamsson e Nilsson, 1994:212-213

⁶³ Castel-Branco, 1994:44

Para Cardoso⁶⁴, a intensificação da guerra a partir de 1984/85 em Manhiça afectou a economia local com a destruição das fontes de produção alimentar e infra-estruturas sociais, económicas e das unidades de produção familiar. A estrutura sócio-económica e cultural da população foi abalada por crescentes migrações, roubos, tendo se assistido a consolidação do comércio informal e concentrações populacionais para garantir a protecção e assistência.

Mas o estudo de Rosário⁶⁵, defende que com o fim da guerra a produção cerealífera registou aumento significativo devido às mudanças estruturais positivas na economia agrícola, feitas através de medidas de apoio ao sector agrícola familiar, apesar de alguns conflitos de terra para a produção agrícola. Salienta que ainda persistiram dificuldades no sistema alimentar devido a falhas no processo produtivo e na comercialização, o que coloca as estratégias de sustento dependentes do acesso á terra, ao crédito, aos insumos agrícolas, etc.

Por sua vez a ONU e MT⁶⁶, advogam que a relação entre a terra e a força de trabalho produtora de alimentos é bastante importante no processo produtivo, enquanto os camponeses estiverem em posse de instrumentos e do tempo de trabalho, etc. Porque a sua conjugação às condições agro-ecológicas, à informação sobre o mercado, às variações climáticas, calamidades naturais, etc, torna-a muito importantes na produção agrícola

Chonguiça⁶⁷, caracteriza a agricultura tradicional praticada na região como sendo de pequenas explorações (0.5-2ha por família) usando instrumentos básicos como a enxada, a prática da rotação de culturas e de pousio e com forte dependência das precipitações. Por isso, a agricultura fica exposta aos factores ambientais adversos como: o rápido empobrecimento do solo, a alteração do regime hídrico e degradação dos solos, o assoreamento dos rios e sedimentação de reservatórios de água, a salinização secundária, ciclones tropicais, que

⁶⁴ Cardoso 1993: 245-285; Nhantumbo 2002:42

⁶⁵ Rosário, 1999: 5

⁶⁶ ONU e MT, 2000:24.

⁶⁷ Chonguiça, 1989:10-13

influenciam negativamente a produtividade e segurança alimentar. É secundado por Carvalho⁶⁸, ao acrescentar que a distribuição das culturas e a sua produtividade na agricultura tradicional é influenciada pelo grau de adaptação às condições climáticas e pedológicas de cada região. Mas os factores meteorológicos podem anular a produção das culturas que não se adaptarem às condições do meio, o que não acontece com os solos cuja produção pode ser compensada pela extensão da área em culturas. Apesar da pouca fertilidade dos solos do sul do país, as formações aluvionares permitem a sua prática, o que fundamentou a integração no mercado ainda que em função do grau de adaptação das culturas às condições do meio ou do valor da relação esforço/rendimento, tanto para o consumo familiar como para o mercado.

Neste caso, Mejia⁶⁹ e Carvalho⁷⁰, defendem haver uma correlação entre o tamanho da machamba, a composição do agregado familiar e o aumento sucessivo da produção agrícola e da segurança alimentar, pois, a ausência ou presença de parte dos seus membros, altera a capacidade produtiva e de consumo da família. Em Manhiça, a poligamia é usada como estratégia de reforço da capacidade produtiva familiar através da comparticipação das mulheres e dos filhos nas actividades produtivas. Uma família maior permite o alargamento da área cultivada pelo agregado familiar mediante a capacidade e participação da força de trabalho activa nas actividades produtivas. No entanto, Waterhouse e Vijfhuizen⁷¹ referem que essas actividades são lideradas pela mulher na produção, administração e gestão e comercialização dos rendimentos, contribuindo para a segurança alimentar da família, apesar da desvantagem da mulher na lei costumeira relativamente ao acesso e controlo da terra e outros recursos, que é feito através do marido ou dos filhos e perde direito após a morte do marido.

⁶⁸ Carvalho, 1969: 7-29

⁶⁹ Mejia:2000: 64-67

⁷⁰ Carvalho, 1969:7-29

⁷¹ Waterhouse e Vijfhuizen, 2001:22-25

Segundo Chavana⁷², cerca de 28% dos agregados familiares que dependem da agricultura são afectados pela insuficiência alimentar temporária, pois, as suas reservas alimentares duram entre 3 a 4 meses e acabam sobrevivendo através da compra de alimentos, ganho-ganho, venda da lenha e carvão e de bebidas tradicionais. Estas famílias têm elevado número de dependentes e são maioritariamente chefiadas por mulheres viúvas, divorciadas e mães solteiras, sem instrução e com menores áreas cultivadas em relação ao padrão local.

Em relação à segurança alimentar, Maxwell e Wiebe⁷³, referem que os indicadores da segurança alimentar oferecem informações reais e fundamentais para a avaliação da segurança alimentar a diferentes níveis, indicando a inadequada ou adequada disponibilidade de alimentos necessários para uma dieta saudável. Sendo difícil medir a segurança alimentar, têm sido usados a produção e consumo, os gastos, nível nutricional, as estratégias de sobrevivência, etc. A medida mais comum é antropométrica usada como indicador do estado nutricional, distribuição intrafamiliar de alimentos, cuidados maternos e de saúde, etc. A variedade dos indicadores relaciona-se com os recursos que a família tem para prever a segurança alimentar, incluindo os rendimentos familiares até ao limite da sua insuficiência.

Entretanto, o estudo da ONU e MT⁷⁴ refere que em muitos agregado familiares rurais cerca de 70% dos alimentos provêm da agricultura e 30% da compra. No entanto, estas famílias satisfazem apenas 80% das 3000 kcal/dia necessárias por adulto na cidade, enquanto que nas zonas rurais, a proporção é estimada em 65-75% das necessidades. Isto mostra que a segurança alimentar não só depende da quantidade de alimentos, mas também da qualidade e variedade que permitem uma dieta adequada. Neste caso, Maxwell e Wiebe⁷⁵, acrescentam que todas as fontes

⁷² Chavana, 2003:37

⁷³ Maxwell e Wiebe, 1998:29-30

⁷⁴ ONU e MT, 2000:47

⁷⁵ Maxwell e Wiebe, 1998.8,12

de alimentação são susceptíveis de variação, podendo a produção variar com a temperatura e outros factores, como também variam os preços do mercado e salários dos trabalhadores.

Essa variação afecta a produção e o consumo e obriga a adopção de estratégias de sobrevivência e de geração de rendimento face à crise alimentar. Waterhouse e Vijfhuizen⁷⁶ defendem que "sobreviver significa lutar pela vida, tentando satisfazer as diversas necessidades económicas e de consumo, fazendo frente a incertezas, respondendo a novas oportunidades e escolhendo entre diferentes posições de valor, o que implica competição e controlo de recursos, posições e redes, cujo poder e subordinação emergem das relações sociais humanas".

Segundo Vugt⁷⁷ as estratégias mais comuns consistem na *ajuda mútua* construídas num circuito de relações, consciência cultural e alianças tradicionais de parentesco, vizinhança e amizade, visando a obtenção de insumos essenciais à produção: *kurrimela, kuthekela, kupfunana, mbelelo, mugwazo, tsima, tsone, xitique, etc*, cujo regime depende da época da sementeira.

Para Timmer⁷⁸, a participação nas actividades comerciais do sistema alimentar como vendedor ou comprador, contribui para a incerteza e vulnerabilidade uma vez que as forças que regem o mercado estão para além do controle familiar, apesar da importância dos preços na aquisição de alimentos e factores de produção "

Contudo, Chavana⁷⁹, refere que tanto a produção alimentar como as estratégias de sobrevivência são afectadas pela malária, tuberculose, HIV/SIDA, etc, que diminuem a força de trabalho necessária à produção alimentar.

A segurança alimentar deve ser alcançada mediante a articulação entre a produção agrícola com outras fontes de rendimento e uma utilização adequada das reservas alimentares.

⁷⁶ Waterhouse e Vijfhuizen, 2001:14

⁷⁷ Vugt, 1992:4-5

⁷⁸ Timmer, 1983:3-8

⁷⁹ Chavana, 2003:42-45

Capítulo III

3.0. A Agricultura Camponesa e Segurança Alimentar em Manhiça

A segurança alimentar é considerada como "uma das mais importantes dimensões de desenvolvimento sócio-económico sem a qual nenhuma sociedade pode progredir"⁸⁰.

Na Manhiça, a segurança alimentar tem uma relação directa com a agricultura através da produção de bens alimentares e de rendimento para o sustento familiar. Portanto, não há fronteiras rígidas entre a produção de subsistência e a produção de rendimento, pois, os camponeses participam no mercado para a venda do seu excedente de produção e também para a compra de meios de produção e outros bens que satisfaçam as suas necessidades⁸¹.

Em Moçambique, a agricultura depende das condições naturais que influenciam a quantidade e escolha de culturas de base alimentar que satisfaçam as necessidades essenciais da população, mediante a sua adaptabilidade às condições do meio. O solo influencia na produtividade das culturas, enquanto que o clima influencia as campanhas agrícolas significando abundância de alimentos ou ocorrência da fome⁸².

A análise da componente segurança alimentar basea-se no modelo internacionalmente concebido em que são consideradas três dimensões fundamentais: a *Disponibilidade, Acesso e Utilização de Alimentos*⁸³. A produção agrícola, compra ou oferta são as premissas para a

⁸⁰ Rosário, 1999:20

⁸¹ Mejia, 2000: 76

⁸² Carvalho, 1969: 13-14

⁸³ *Disponibilidade* é o fornecimento adequado de alimentos para satisfazer as necessidades de consumo a todos os níveis. Ela é a função da soma da produção, compras líquidas, ofertas e ajuda alimentar em reservas, considerando as perdas e outras utilizações diversas da alimentação; o *Acesso*- é a possibilidade que o indivíduo tem de obter alimentos, dependendo da habilidade individual ou familiar de produzir os alimentos necessários ou adquiri-los mediante a compra ou oferta. Para tal é necessário que o indivíduo tenha recursos suficientes para a aquisição de alimentos adequados à saúde, pressupondo disponibilidade ambiental para o fornecimento de alimentos e também económica e social para a sua aquisição; a *Utilização*- o alcance de um Estado nutricional adequado depende da forma como os alimentos disponíveis e acessíveis ao agregado familiar mediante a produção, compra, oferta, troca, etc, são ingeridos para que constituam uma dieta adequada de modo que os nutrientes possam beneficiar as necessidades alimentares e energéticas do organismo humano, de acordo com os conhecimentos e hábitos alimentares de cada agregado familiar. Rosário, 1999:19-20

observância destas dimensões, atendendo a quantidade, qualidade e variedade adequados para uma dieta sã e saudável.

3.1. Apresentação dos Resultados

3.1.1-A Produção e Disponibilidade de Alimentos entre 1993 e 2004

A maior parte dos agregados familiares dependem da sua própria produção de alimentos. O acesso ao mercado é limitado e varia de indivíduo para indivíduo. A disponibilidade de alimentos e o risco que a afectam, são determinantes principais da segurança alimentar, principalmente da produção, armazenamento e comércio ao nível nacional, regional e local. Apesar da forte influência dos factores naturais, a disponibilidade de alimentos depende também dos meios de produção, do acesso aos recursos naturais, infra-estruturas de mercado, do ocorrência de conflitos e suas consequência, etc⁸⁴.

Os entrevistados referiram que a distribuição dos meios de produção (sementes e instrumentos de produção) efectuada no pós-guerra (1993), permitiu o relançamento da agricultura e melhoria da produção e consumo alimentar em relação ao período da guerra. Este período coincidiu com o fim do PDRM que distribuía insumos agrícolas no âmbito dos esforços de desenvolvimento rural da Manhiça, facto que influenciou bastante na produção alimentar.

A leitura da informação estatística fornecida pela DDA-Manhiça permitiu identificar a irregularidade dos dados relativamente à evolução dos rendimentos da produção camponesa. Mesmo assim, durante o período em estudo (excepto o ano de 1993), a produção camponesa correspondeu a 331.501,1 toneladas de um total de 2.182.250 t do total da produção do Distrito. A contribuição total da produção familiar situou-se nos 15.2%, com um crescimento médio anual de 11.1%. O crescimento anual máximo de 22% verificou-se na campanha agrícola de

⁸⁴ Maxwell and Frankenberger(1992), citados por Artur, 2000:10

2001/2002 e o mínimo foi de 2.05%, verificado na campanha de 1995/1996, sendo as outras campanhas caracterizadas por relativas oscilações da produção⁸⁵. (*apêndice A*).

A informação discriminada por cultura indica um grande predomínio do milho, mandioca, batata-doce, amendoim, hortícolas, entre as culturas principais, com um crescimento percentual regular situado entre os 3% e 79%, respectivamente. Na campanha agrícola de 1998/99, a produção de milho e feijão nhemba foi avaliada em cerca de 78.47% e 13.24%, respectivamente, do total das culturas alimentares mas, na época seguinte estes níveis baixaram para cerca de 32.58% e 0.24%, respectivamente. (*apêndices: B, B1 e B2*).

No que concerne às áreas de produção, semeada e colhida, os dados disponibilizados correspondem a quatro anos e indicando áreas totais correspondentes a 58.501 ha semeados e 41.532 ha colhidos entre 1994 e 1997 e ainda a campanha agrícola de 2003/2004, respectivamente. Mas nem sempre a extensão da área semeada correspondia ao rendimento agrícola na época da colheita, variando de campanha para campanha conforme o esforço e as condições naturais. (*apêndice: C*).

Em função das entrevistas realizadas no terreno, foi possível compreender que cerca de 44.4% das famílias camponesas teve o seu consumo condicionado pela duração das suas reservas alimentares suficiente para 2 a 4 meses, sendo 25.92% na localidade de Maciana e 18.51 na localidade de Manhiça. A reservas alimentares de 16.6% dos entrevistados não satisfaziam as necessidades para o período de um mês, ou seja, não tinham reservas alimentares. (*apêndice: D*)

Esta duração significa que estas famílias permaneciam o resto do ano numa situação de incerteza, sujeitando-se às estratégias de sobrevivência para garantir o consumo familiar. A composição das reservas consistia maioritariamente no milho, amendoim, feijão-nhemba, feijão-manteiga e mandioca, incluindo culturas não reserváveis como a batata-doce que é cultivada

⁸⁵ Na produção total incluem-se as empresas açucareiras da Maragra e Xinavane e ainda a descascadora de arroz Inácio Sousa.

todo o ano, a banana e hortícolas. A compra no mercado local e da cidade de Maputo complementava as fontes familiares de aquisição de alimentos, incluindo a prática o ganho-ganho como estratégia de sobrevivência.

Para a oscilação dos níveis de produção e alimentação ao longo dos anos foi dada uma explicação assente no impacto dos factores naturais que influenciaram tanto positiva como negativamente à produção camponesa.

3.1.2-Factores que Condicionaram a Produção Agrícola e Segurança Alimentar

Cerca de 90.7% dos entrevistados explora a terra herdada dos seus antepassados. No entanto, os outros cerca de 9.26% referiram ter enfrentado limitações na produção alimentar. O seu acesso para o cultivo depende da atribuição pelas autoridades administrativas locais ou por empréstimo de famílias amigas mediante o pagamento de uma renda anual de 100 000.00Mt por hectare. Mas a extensão da área adquirida está associada à dinâmica das relações estabelecidas entre o requerente e o proprietário da terra.

Segundo os entrevistados, as actividades agrícolas são praticadas por todos os membros activos da família (homens e mulheres) com vista ao bem comum. Mas as mulheres reconheceram a pouca frequência dos homens nas actividades agrícolas devido à sua dedicação ao trabalho assalariado onde buscam rendimentos monetário que reforçam a economia familiar. Destes, cerca de 35.1% são assalariados e 64.9 vivem da agricultura como actividade principal.

Para além das condições acima mencionadas, os camponeses referiram enfrentar o problema das pragas que dizimam as culturas antes e depois da colheita. Estas pragas constam do relatório da DDA-Manhiça, como sendo de destacar: os *ratos*, o *gafanhoto elegante*, o *escaravelho-preto*, a *lesma*, os *fuínhos* e o *gorgulho* que actuam contra as culturas e reservas nos celeiros, causando défice da produção e consumo alimentar. Como resultado, os

camponeses viram-se obrigados a colher a sua produção antes da maturação, facilitando o ataque de gorgulho nos celeiros, o que se agravou com a falta de dinheiro para a aquisição de antídotos contra as pragas⁸⁶.

Por outro lado, referiram que a falta de utensílios, os altos custos das máquinas e juntas de boi para a lavoura, a insuficiência da semente certificada e o roubo de culturas nas machambas, foram factores que obrigaram a população a comprar a semente no mercado paralelo, porém, com pouco poder germinativo.

A influência das condições climáticas foi relevante nas famílias pobres e sem condições de acesso às máquinas de lavoura e que enfrentaram dificuldades na preparação das suas parcelas na zona baixa. De acordo com o régulo André Manhiça:

Depois da guerra, a agricultura do vale tentou avançar mas registou-se a falta de maquinaria, insumos e crédito, o que limitou a capacidade de produzir. Porém, nos anos sem calamidades naturais era possível obter boa colheita mas por vezes a falta de chuva ou a acção das inundações ofuscavam as culturas, afectando a segurança alimentar, principalmente para quem trabalha manualmente que não consegue lavar um hectare sequer, acabando por sofrer de fome. Assim, para comer recorria-se ao ganho-ganho⁸⁷.

Do ponto de vista da relação entre o aumento da produção e produtividade e a segurança alimentar, o chefe dos Serviços de Extensão Rural referiu haver uma fraca rede de extensão agrária, pois, a mesma é composta por 5 extensionistas e que são incapazes de cobrir todo o distrito⁸⁸.

3.1.3- As Estratégias de Sobrevivência Adoptadas pela População

O sustento familiar era garantido por várias actividades como a agricultura, a pecuária, pesca, artesanato, comércio, tanto sob forma de rendimento monetário, bens alimentares e não alimentares.

⁸⁶ Relatório da DDA-Manhiça, 1998 (sem páginas). Este relatório foi importante na consulta dos nomes das pragas referidas pelos entrevistados, de que também faz referência.

⁸⁷ Entrevista com o Régulo André Manhiça, Vila-Sede: 16 de Janeiro de 2006

⁸⁸ entrevista com Gabriel Chambe, Vila-sede: 18 de Outubro de 2005

Os efeitos da variação das condições climáticas e da natureza sobre a produção alimentar, levaram a população a adoptar estratégias sustentadas, permanentes e circunstanciais como mecanismos de resposta à crise, consistindo nas *estratégias de sobrevivência*.

A estratégia de sobrevivência mais comum, o *ganho-ganho (chitoco)*⁸⁹, verificada num total de cerca de 37,04% dos entrevistados, dos quais 11.1% na localidade de Maciana e 25.92% na localidade da Manhiça. Em seguida encontram-se as remessas do trabalho assalariado, venda da produção agrícola e de bebidas alcoólicas que possibilitaram a compra de géneros alimentícios nas lojas locais avaliados em 35.1%, dos quais 24.7% na localidade de Maciana e 12.96% na localidade de Manhiça. Na localidade da Manhiça, a sobrevivência era também garantida através da venda de carvão (5%) cujas receitas serviam para a compra de géneros alimentícios. A outra estratégia de sobrevivência que consistiu na secagem da mandioca e hortaliças para o consumo em momentos de crise, como referiu Pedro Machava:

Para prevenirmo-nos da fome como consequência das variações climáticas, nós costumamos secar a mandioca, hortaliças e frutas de cacana para consumir em períodos de falta de alimentos⁹⁰.

Durante o período de carência alimentar, cerca de 12.96% das famílias referiram ter recorrido à diminuição da quantidade de alimentos a confeccionar e o número de refeições diárias para garantir o futuro e preservar a semente para a época chuvosa.

O aumento da fertilidade dos solos e dos rendimentos agrícolas é feito através da rotação de culturas, da policultura, acumulação de capim e restolhos vegetativos da campanha anterior, matéria orgânica (principalmente o estrume de morcegos), detritos, queimadas e o sistema de pousio.

Entretanto, para prevenir situações de variação brusca do clima, (seca e cheias), os camponeses faziam várias machambas dispersas tanto no sequeiro como na zona baixa (Vila,

⁸⁹ *Ganho-Ganho*, localmente denominado *Chitoco*, é um tipo de trabalho assalariado em que um camponês do sector familiar vai trabalhar para um outro camponês do sector familiar.

Maciana, Vala de Moçambique e Alvor e localidade da Manhiça), como reforço da produção familiar.

3.1.4- A Comercialização da Produção Agrícola

A comercialização agrícola tem sido pouco rentável para os camponeses, pois, os preços não são sempre favoráveis ao produtor, oscilando em função da disponibilidade e tempo de duração da actividade comercial. A falta do poder de controlo dos preços por parte dos camponeses torna a sua actividade incerta e vulnerável às oscilações do mercado. Muitas vezes esta actividade depende da existência de redes formais e informais estabelecidas e do acesso ao mercado a partir do local da produção⁹¹.

Cerca de 48.1% dos 54 entrevistados vende a sua produção agrícola com regularidade para a garantir a aquisição de bens por eles não produzidos na machamba, como: sal, açúcar, fósforo, roupa, incluindo o pagamento dos serviços sociais (educação e saúde), entre outras.

As culturas vendidas foram: folhas de feijão-nhemba (*nyangana*), folhas de mandioca (*matapa*), mandioca, banana, cana sacarina, batata-doce, milho, amendoim, papaia, manga, ananás e carvão vegetal. Também foram vendidas as bebidas alcoólicas por 33.3% das famílias, destacando-se a bebida de cana sacarina e aguardente feito a partir do melaço obtido na Maragra. (apêndice E).

A comercialização era feita tanto no mercado local e no *dumba nengue* ao longo da EN1 ou através dos intermediários vindos da cidade de Maputo que influenciavam os camponeses na definição dos preços do seu agrado como revendedores em outros mercados.

⁹⁰ Entrevista com Pedro Machava, Aldeia de Cambeve: 18 de Janeiro de 2006

3.2-Análise e Discussão dos Resultados

3.2.1- Análise da Produção e Disponibilidade de Alimentos e Seus Condicionantes

A análise geral feita no tratamento dos resultados da pesquisa no que concerne a segurança alimentar, permite compreender que se trata de um processo integrado. A agricultura é um sector incontornável para a segurança alimentar, na medida em que garante o consumo de qualquer indivíduo, independentemente da sua condição social. Portanto, por não oferecer todas as proteínas necessárias e condições úteis para uma dieta alimentar saudável, é complementada pela prática da caça, pesca, criação de animais de pequena espécie, acesso a água, aos cuidados de saúde, educação, à habitação, etc. A integração destes elementos torna a segurança alimentar difícil de alcançar, tendo em conta a pobreza estrutural que o país enfrenta e os desafios da agricultura para garantir uma alimentação adequada das famílias. Por isso, os baixos rendimentos agrícolas geralmente alcançados pelos camponeses não bastam para satisfazer as necessidades alimentares da família e assim agravam a pobreza humana.

A análise dos resultados permitem concluir que o relançamento da agricultura no pós-guerra, foi incentivado pela distribuição de insumos agrícolas aos regressados ao meio rural, sem contudo resolver completamente o problema da insegurança alimentar. Mas, a estrutura agrária camponesa é maioritariamente composta por população velha, com uma participação menos activa nas actividades produtivas⁹².

Algumas famílias beneficiaram-se de remessas do trabalho migratório na África do Sul, Swazilândia e Maputo, permitindo a aquisição de instrumentos de produção agrícola e o conseqüente alargamento das áreas cultivadas. Mas, de um modo geral, as famílias com rendimentos fora da agricultura conseguiram resolver as suas necessidades através dessas fontes de rendimento. O mesmo não se pode afirmar sobre as famílias que dependem da agricultura e

⁹¹ Mejia, 2000:93

com menor poder económico, que são altamente vulneráveis às variações bruscas da natureza e à insegurança alimentar.

As variações climáticas foram referidas como tendo maior influência na produção camponesa, nomeadamente: as calamidades naturais (cheias e secas) concorreram para o défice da produção e consumo alimentar. Estas afirmações convergem com o estudo da ONU e MT⁹² que se refere à ocorrência de cheias em 1996, 1997, 1999, 2000, 2001, respectivamente, incluindo a seca registada em 1994/95, devido ao atraso da chuva. São incluídas neste grupo as pragas, a falta de sementes certificadas e a falta de financiamento para o uso da maquinaria de lavoura.

Com efeito, a condição económica das famílias pobres deteriorou-se com a perda das colheitas, causada tanto pela seca, cheias e pragas, com maiores implicações na produção de alimentos.

Durante o período em estudo a influência das precipitações foi notável na produção agrícola, tendo sido boa em anos de precipitações boas ou regulares e fraca em anos de excesso ou falta de chuva. Mas essa variação é também vista em conexão com a localização das machambas e o esforço empreendido pelos camponeses na produção. O acesso aos campos irrigados, as culturas podem sofrer menor influência da pluviosidade desde que o sistema funcione. Por exemplo, a produção das campanhas de 94/95, 96/97, 2002/03 e 2003/04 apresentam um volume acima da linha de precipitação, o que denota uma menor influência deste factor nas colheitas. O gráfico em apêndice mostra a variação da produção na sua relação com o volume de precipitação, considerando o acesso às zonas irrigadas entre 1994 e 2003. (*apêndice F*)

A ideia dos entrevistados coincide com o estudo de Mejia⁹⁴ que refere que a reabertura da Maragra e a recuperação das suas terras afectou a população que nelas produzia durante o período da guerra quando as actividades agro-industriais estava interrompidas, os camponeses

⁹² Para maior aprofundamento deste assunto, Vide Mejia, 2000:24-25

⁹³ Vide, ONU e MT, 2000:24

tiveram limitações no acesso aos campos irrigados, o que precipitou contradições entre a empresa e os camponeses. Também, a reconstrução do dique de protecção e canais de irrigação em 1999 desviou as águas do rio que durante o período chuvoso dirigiam-se exclusivamente às terras dos camponeses, expondo os campos dos camponeses às inundações⁹⁵.

A curta duração das reservas alimentares, de 2 a 4 meses 44.4% e menos de 1 mês em 16.6%, respectivamente, está associada à falha da produção agrícola em fornecer a alimentação necessária ao consumo. Mas também ser agravada pela fraca capacidade da força de trabalho da família, as condições naturais e as tecnologias usadas na produção agrícola.

A curta duração das reservas alimentares não significa em si a diminuição do nível de calorias ingeridas por refeição mas, verificou-se que a limitada quantidade das reservas das culturas principais retira as possibilidades de escolha dos alimentos aos membros da família. Esta análise toma em consideração o princípio de "preferências alimentares" como componente da segurança alimentar, pois, a sua limitação afecta o âmbito dessas mesmas preferências e o consumo sujeita-se às reservas disponíveis.

De acordo com os entrevistados, a base alimentar da região consiste no consumo de milho, amendoim, feijão nhemba, mandioca, hortícolas, etc. Mas, no período de amadurecimento de frutos a dieta é reforçada pela ingestão de vitaminas importantes para o organismo humano, com o consumo da *manga, papaia, goiaba, ananás, etc.*

Os efeitos da fraca produção de alimentos para o consumo afectaram mais as famílias chefiadas por mulheres (solteiras, divorciadas e sem instrução escolar), devido à limitação da capacidade da força de trabalho e de fontes de rendimento alternativas à agricultura. Esta situação mostra a importância dos cônjuges na geração de rendimentos, produção e administração de alimentos para o consumo da família. Porém, são as mulheres que mais se

⁹⁴ Mejia, 2000:32. Esta ideia foi também referida pelo entrevistados.

⁹⁵ Este aspecto foi também referenciado pelos camponeses entrevistados na região de Maciana.

dedicam à actividade, enquanto os homens se ocupam mais do trabalho assalariado, principalmente na Maragra e na vila da Manhiça, para reforçar a economia familiar.

3.2.2- Análise das Estratégias de Sobrevivência

Após a independência, as experiências tradicionais de ajuda mútua que caracterizavam a vida dos camponeses foram desencorajadas, facto que agravou a pobreza rural⁹⁶. A estratégia adoptada foi de persuadir os camponeses na tentativa de promover rápidas mudanças e moldar uma sociedade rural dinâmica, sem respeitar a organização local da população rural⁹⁷. Mas, a pobreza também se relaciona com a incapacidade física, mental e económica, ou com um estatuto social marginalizado que obriga ao camponês a trabalhar para os outros e não produzir o suficiente para si e para os seus dependentes. Esta situação alterou as relações entre os homens e reduziu (ou mesmo eliminou) o espírito de entre-ajuda, com o desaparecimento das redes de solidariedade nas comunidades. Mas, como produtores agrícolas, os camponeses conservaram a sua estratégia de sobrevivência. Assim, as trocas eram feitas em produtos mas, os que nada tivessem ofereciam a sua força de trabalho para satisfazer as suas necessidades alimentares⁹⁸.

O predomínio do ganho-ganho em relação a outras formas de sobrevivência, e sobretudo às entre-ajudas, está associadas à esta dinâmica pós-independência mas, também, à influência do mercado com a monetarização do meio rural. Isto, permitiu a implantação de um maior interesse na acumulação individual de riquezas para conquistar um estatuto social privilegiado, contribuindo para a redução da coesão social que rege a vida nas comunidades quer através do parentesco ou de amizade.

⁹⁶ A estrutura administrativa no pós-independência e a implementação do sistema das machambas colectivas não favoreceram o desenvolvimento das práticas tradicionais de ajuda mútua nas comunidades rurais.

⁹⁷ Bowen, 2000:153

⁹⁸ Adam, Coimbra e Owem, 1995:7-9- As entre-ajudas consistem nas práticas de: *tsima*, *kupfunana*, *mbelelo*, etc. Porém, ainda se registam práticas esporádicas de *kupfunana*, entre familiares próximos.

As referências do desaparecimento destas práticas de entre-ajudas (excepto mavunana ou kupfunana) obtidas em Manhiça, testemunham a alteração gradual da estrutura social das comunidades e a vigência do princípio da acumulação para aumentarem cada vez mais a sua riqueza⁹⁹. Das afirmações da senhora Julieta Muianga constou o seguinte:

Já não se pratica *Tsima e Kupfunana* devido à influência do dinheiro no campo que cria a diferenciação social. As pessoas preferem vender os seus produtos pela força de trabalho, do que perder tempo com entreajudas (*Kupfunana e tsima*); a tendência é acumular cada vez mais ganhos e rendimentos sozinhas. Por outro lado muitas de nós não temos comida para preparar a celebração que é feita depois da *tsima*, por isso já não se pratica¹⁰⁰.

O ganho-ganho incentiva a diferenciação social no seio do campesinato, pois, as famílias com maior poder económico, detêm um estatuto superior em relação às pobres, usam a força de trabalho destes para gerar mais riqueza. Assim, as famílias pobres despendem maior parte do seu tempo nas machambas dos outros à procura de sobrevivência e não lhes resta tempo de produzir para si, acabando por perpetuar a sua dependência em relação ao ganho-ganho. O atraso destas famílias na sementeira da época seguinte nas suas machambas, agrava a instabilidade alimentar e coloca o ganho-ganho como estratégia permanente e não temporária.

3.2.3- Implicações da Comercialização da Produção

Dada a conjuntura actual caracterizada pela falta de insumos agrícolas, a comercialização agrícola é importante para permitir a aquisição de variedades de insumos e outros artigos que satisfaçam as necessidades humanas. Contudo, ela não deve ser adoptada como solução única e acabada, pois, a existência da produção comercializada depende da existência de insumos e esforço na produção, devendo se observar uma utilização racional dos rendimentos como precaução para momentos de falhas da produção agrícola.

⁹⁹ A riqueza é avaliada em função da produção, tamanho da machamba e duração do tempo para efectuar a colheita, tamanho da família, quantidade de dinheiro, do gado e de instrumentos de produção.

¹⁰⁰ Entrevista com Julieta Muianga, Aldeia de Cambeve: 11 de Janeiro de 2006

Em vários casos, a segurança alimentar é afectada pela venda da produção na expectativa de cobrir as necessidades na colheita seguinte, facto que se traduz num défice alimentar quando ocorre alguma falha da época da produção. Em certas vezes os frutos amadurecidos (como é o caso da papaia, manga, banana, etc), são canalizados ao mercado sem observar as necessidades de consumo, o que cria défice nutricional na família. Isto reflecte a falta de conhecimentos sobre a importância nutricional da fruta para a dieta e segurança alimentar, fazendo crer que a segurança alimentar é vista somente como existência de comida proveniente da machambas e confeccionada na panela para o consumo familiar.

3.2.4. O Impacto das Doenças Sobre a Segurança Alimentar

Para além dos factores climáticos, naturais e materiais, o bom ou mau estado de saúde dos membros activos da família influencia na produção de alimentos para o consumo familiar. A malária, a tuberculose e o HIV/SIDA foram as doenças que mais destabilizaram a força produtiva bem como as estratégias de sobrevivência, pois, a doença ou morte de um membro da família afectava também a produção e segurança alimentar dos seus agregados familiares. Em relação ao HIV/SIDA, os camponeses sublinharam a susceptibilidade de todos em contrair o vírus, tendo se referido ao maior risco dos trabalhadores migrantes de Maputo e África do Sul e das suas mulheres e filhos recentes. As mulheres prostituíam-se devido á pobreza, para obter dinheiro dos camionistas e trabalhadores migrantes ao longo da EN1, de modo a satisfazer as suas necessidades e dos seus dependentes.

Capítulo VI

4.0- Conclusão

A análise da segurança alimentar no posto administrativo da Manhiça está relacionada com a estrutura da produção agrícola camponesa ao longo dos tempos, tendo em consideração os factores que influenciam a essa produção.

Na região existem condições naturais reconhecidamente favoráveis à prática da agricultura, sendo estas, um indicador de que os rendimentos daí advindos podem garantir a segurança alimentar da população.

A produção agrícola camponesa foi relançada após a guerra no meio rural mas, a sua contribuição para a segurança alimentar em Manhiça esteve dependente do comportamento de vários factores que condicionaram a produção e produtividade. Esses factores consistiram em: i) as variações climáticas que provocaram a irregularidade da chuva ou a sua queda excessiva, causando cheias ou inundações; ii) a seca, as pragas, o difícil acesso à terra, a falta de insumos agrícolas e de crédito; iii) o predomínio da população velha, a influência das doenças (malária, tuberculose e HIV/SIDA) e o gradual desaparecimento dos sistemas tradicionais de entre-ajuda que influenciaram na organização social da população nas actividades produtivas, repercutindo-se na redução da efectividade e do tamanho das áreas cultivadas nas actividades produtivas.

A acção alternada ou combinada destes factores incidiu mais sobre as famílias pobres e sem fontes alternativas de rendimento para a sobrevivência e cujas quantidades de reservas alimentares eram limitadas, que duravam menos do que as necessidades alimentares exigem.

Existe na região uma tradição de trabalho migratório que tem reforçado a agricultura camponesa com a provisão de insumos agrícolas e géneros alimentícios mas, as dificuldades causadas pelos factores adversos à produção, dificultaram o alcance da segurança alimentar. O sistema de dispersão das machambas pelas diferentes zonas geográficas aráveis, mostra que a

população tem estratégias próprias de gestão de riscos. Mas são contrariadas pelas condições naturais adversas ao desenvolvimento da agricultura, o que afecta a produção e a comercialização como um dos meios de satisfação das suas necessidades complementares para a aquisição de bens não produzidos nas machambas.

A fraca disponibilidade de reservas alimentares, significou e existência de possibilidades limitadas de dieta alimentar em quantidade, o que afectou a segurança alimentar. Esta situação implicou o predomínio do *ganho-ganho (chitoco)* como principal estratégia de sobrevivência e também fonte de geração de rendimentos, pois, não só garantia a aquisição de alimentos, mas também de rendimentos para custear os serviços sociais como a saúde, a educação, etc e perpetuando assim, a dependência das famílias pobres em relação às famílias ricas.

As ajudas de emergência foram benéficas para a sobrevivência mas, minaram o desenvolvimento da agricultura e afectaram a segurança alimentar, pois, nem sempre foram suficientes para satisfazer as necessidades alimentares de consumo durante o ano.

Com efeito, a melhoria da segurança alimentar depende da resolução dos problemas estruturais e criação de estaleiros mecânicos de fornecimento máquinas agrícolas com preços subsidiados, infra-estruturas de drenagem que beneficiassem a produção camponesa e uma rede de extensão rural bastante forte para satisfazer os camponeses. O mesmo procedimento deveria ser cada vez mais desenvolvido em relação aos insumos agrícolas para fomentar a produção.

O melhoramento deve ser acompanhado pelo desenvolvimento de sistemas tradicionais de conservação da produção usando o método de secagem de verduras, mandioca, etc, ao sol e a construção de *Tsalas ou Thalás*, erguida no interior da cozinha e cujo fumo previne o ataque do gorgulho contra as reservas alimentares para garantir a segurança alimentar. Esta prática supriria a falta de acesso a pesticidas e insecticidas que são usados contra as pragas.

Bibliografia e Fontes

Documentos de Arquivo (AHM)

- 2 (Conferência Africana sobre Segurança Alimentar e Desenvolvimento Agrícola em África. In: *Notícias*. Maputo, (17 de Abril de 1995:12)

Matos, João Moreira Barbosa. Inspeção dos Serviços Administrativos. *Relatório da Inspeção Ordinária à Câmara Municipal da Manhiça, 1970*, cx 11

Montanha, António A. Furtado. Inspeção dos Serviços Administrativos e dos Negócios Indígenas. (*Relatório e Documentos referentes a Inspeção ordinária à Circunscrição da Manhiça*), 1937, cx 10

Nóvoa, António. Relatório do Administrador por Ocasão da Visita dos Serviços de Inspeção e Fomento Agrícola à Circunscrição da Manhiça, 1921-1944; Cx 260

Serra, Aniano Mendes. Serviços de Inspeção dos Serviços Administrativos. Relatório de Inspeção à administração da Circunscrição da Manhiça, 1958; A/32; cx 69

Teses

Artur, C.S. *Comparação dos Indicadores de Segurança Alimentar e Pobreza, Qualitativos e Quantitativos*. Maputo: UEM/FAEF, 2000. Tese de Licenciatura em Agronomia, 2000.

Cavane, Eunice. *Descrição Qualitativa e Quantitativa do Funcionamento da Rede de Extensão do Distrito da Manhiça*. Maputo: UEM/FAEF, 1996. Tese de Licenciatura em Agronomia, 1996.

Cháuque, Adriano V. *Segurança de Posse de Terra e Conservação de Solos: O Caso da Ilha Josina Machel, 1975-1999*. Maputo: UEM/FL, 1999. Tese de Licenciatura em História

Chavana, Xavier Agostinho. *Estratégias de Sustento Quotidiano e de Sobrevivência e a sua Relação com a Disponibilidade dos Recursos Naturais e Emprego: O Caso do Posto Administrativo da Manhiça*. Maputo: UEM, 2003. Tese de Licenciatura em Geografia, 2003.

Mechisso, M.C.F.S. *Influência da Estrutura Agrária na Segurança Alimentar da População do Posto Administrativo de Sábiè*. Maputo: UEM, 2002. Tese de Licenciatura em Geografia, 2002.

Monografias e Artigos Publicados

Abrahamsson, Hans & Nilsson, Anders. *Moçambique em Transição: Um Estudo da História de Desenvolvimento Durante o Período 1974-1992*. Maputo: CEEI/ISRI, 1994.

Adam, Yussuf. *Escapar aos Dentes do Crocodilo e Cair na Boca do Leopardo. Trajectória de Moçambique Pós-Colonial, 1975-1990*. Maputo: PROMÉDIA, 2006

_____. *O Papel e Importância dos Sectores Sociais na Agricultura*. 2 ed. (2º seminário Sobre o Estudo do Sector Agrário). Maputo: CDA, 1990

Adam, Y, Coimbra, H, Owen, D. *Estudo Participativo Sobre a Pobreza em Moçambique*. Maputo: UEM/CEP, 1995

Adam, Wenke. "*O Bicho de Sete Cabeças*". Maputo: MAP, 1996

ACNUR/PNUD, *Perfil de Desenvolvimento Distrital: Distrito da Manhiça*. Maputo, 1997

Anónimo. *Projecto de Desenvolvimento Rural de Manhiça. Estudo para a Criação de uma União Distrital das Cooperativas de Produção e das Associações de Produtores Agrícolas*. Maputo: MINAG/ Cooptecnical, 1990.

Anónimo. Programa de Desenvolvimento Rural do Distrito da Manhiça (2ª Fase- Estudo de Viabilidade). Maputo: MINAG/Cooptecnical, 1991

Anónimo. *Desafios Para Garantir a Concorrência e Reduzir os Custos no Sistema Alimentar de Moçambique*. Maputo: Direcção Nacional da agricultura, 2000

Anónimo. *Reflexões Sobre a Abordagem do Desenvolvimento Rural em Moçambique*, Maputo: [MADER], 2000.

Botelho, Teixeira. *História Militar e Política dos Portugueses em Moçambique: de 1833 aos Nossos dias*. Coimbra: Imprensa Universitária, 1921.

Bowen, L. Merle. *The State Against Peasantry: Rural Struggles in Colonial and Post-Colonial Mozambique*. Virgínia: University Press, 2000, 256p

Cardoso, Fernando Jorge. *Gestão e Desenvolvimento Rural: Moçambique no Contexto da África Subsahariana*. Lisboa: Edições Fim de Século, 1993.

Carvalho, Mário de. *A Agricultura Tradicional em Moçambique. Distribuição Geográfica das Culturas e sua Relação com o Meio*. Lourenço Marques: Missão do Inquérito Agrícola de Moçambique, 1969.

Castel-Branco, C.N. (organiz.). *Moçambique. Perspectivas Económicas*. Maputo: UEM/Fundação Friederich Erbert, 1994.

Chonguiça, Ebenizário. Agricultura e Meio-Ambiente. In: *Extra n°2*, Setembro/Dezembro, 1989.

Dias, Saul. *Glossário Toponímico, Histórico-Administrativo-Geográfico e Etnográfico de Moçambique*. Lisboa: [sn], 1981, 329p

Ferreira, Aníbal do Nascimento. "Ordenamento Cultural nas Reservas Indígenas da Circunscrição da Manhiça". In: *Secretariado da Conferência Inter-sectorial da C.C.T.A. do Bem-Estar Rural*. Lourenço Marques: Ministério do Ultramar, 1953.

Figueira A.A. dos Reis & Ferreira, A.N. *Inquérito por Amostragem à Agricultura Indígena, 1ª parte: Distrito de Lourenço Marques e Gaza, 1954-55; II parte: Distrito de Inhambane, 1955-56*. Lourenço Marques: direcção da agricultura e Florestas, 1958.

- Fortes, Yolanda. *Perfil de Pobreza em Moçambique* (Documento de Apoio para a "Estratégia de Redução da Pobreza em Moçambique" Preparado pela Unidade de Alívio à Pobreza- Ministérios do Plano e Finanças). Maputo: 1995
- Guambe, José et al. *Folha informativa dos Municípios II*. Maputo: Ministério da Administração Estatal/Direcção de Desenvolvimento Autárquico, 2002.
- INE. *II Recenseamento Geral da População e habitação, 1997, Província de Maputo*. Maputo: 1999
- Junod, Henry A. *Usos e Costumes dos Bantu, TOMO I e II*. Lourenço Larques: Imprensa Nacional de Moçambique, 1974.
- Lobato, Alexandre. "História do Presídio de Lourenço Marques, 1782-1786", in: *Estudos Moçambicanos I*. Lisboa: [sn], 1949, 208p
- Martinez, J. C.de Senna. Algumas Notas para o Estudo das Populações do Litoral da África Sul-Oriental à Chegada dos Portugueses (*Trabalho Apresentado ao Seminário da História de Moçambique Colonial*). Lourenço Marques: 1975
- Maxwell, Daniel & Wiebe Keith, *Land Tenure and Food Security: A Review of Concepts, Evidences and Methods*. Land Tenure Centre, University of Wisconsin-Madison, LTC. Research paper 129, 1998
- Mejia, Margarita. *Dinâmicas Locais nas Associações de Camponeses do Distrito da Manhiça* (Relatório de Investigação). Maputo: CEA/UEM, 2000
- Montez, Caetano. *Descobrimento e Fundação de Lourenço Marques, 1500-1800*. Lourenço Marques: Minerva Central, 1948, 189p
- Mosca, J. e Felisa C.D. Segurança Alimentar: Ajustamento Estrutural e Segurança Alimentar: O Caso de Moçambique. in: *Extra*, 1994
- Nações Unidas e Ministérios do Trabalho. *Moçambique*. Relatório de Avaliação Conjunta do País pelo Sistema das Nações Unidas. Maputo: [sn], 2000.
- Negrão, José. "Repensando nas Modas de Desenvolvimento Rural". In: Sogge, D. Moçambique: Perspectivas sobre a Ajuda e o Sector Civil. Amsterdam: Frans Beijgaard, 1997, p 117-134
- Nhantumbo, Isilda. Dez anos de Paz: Que Impacto Sobre o Sector Agrário? In: Mazula, Brazão. (coord). *Moçambique: 10 Anos de Paz*. Maputo: CEDE, 2002, p141-157
- Rosário, Carlos Agostinho do. *Produção de Cereais e Crescimento da População em Moçambique*. Maputo: [s.n.], 1999.
- Silva, Edna L. da e Meneses, Estera M. *Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação*, 3 ed. Florianópolis: 2001.
- Timmer, Falcon, Walter P. e Pearson Scott R. *Análise da Política Alimentar*. Baltimore e Londres: The Hopkins University Press, 1983

Vugt, Antoniette Van. *Estratégias de Sobrevivência. "A organização da Força de Trabalho", Serviços de Extensão Agrária*. Maputo: Ministério da Agricultura, 1992

Waterhouse, Rachel & Vijfhuizen. *Estratégia das Mulheres, Proveito dos Homens. Género, Terra e Recursos Naturais em Diferentes Contextos Rurais em Moçambique*. Maputo: ACTIONAID-Moçambique, 2001.

Whitlôck, Ried E. & Bruce, Cogill. *"Assessment of Food Security in Mozambique"*. USAID/Michigan State University, Version 5, 1996

Relatórios

Anónimo. *Diagnóstico Rápido Rural do Distrito da Manhiça: Estudo das Actividades Agrícolas e Limitantes de Produção numa Perspectiva de Sistemas de Produção e de Conhecimento Agrícola*. Manhiça: DDA (Direcção Distrital da Agricultura). 1994, 42p:il

Anónimo. *Relatório da Direcção Distrital da Agricultura*. Manhiça: DDA, 2002

Anónimo. *Relatório da Direcção Distrital da Indústria, Comércio e Turismo*. Manhiça: DDICT, 2005.

Anónimo. *Relatório do Concelho Municipal da Vila da Manhiça, 2005* (sem páginas)

Anónimo. *Relatório Preliminar do Plano de desenvolvimento do Sector Agrário do Distrito da Manhiça*. Manhiça: DDA-Manhiça, 2005

Anónimo. *Relatório da 1ª Época da Campanha Agrícola 1998/99*. Manhiça: DDA, 1998

Bolentim do Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutrição (SETSAN). *Níveis de Insegurança Alimentar Decrescem Consideravelmente*. Maputo: SETSAN, 2004.

Internet

Esterik, Van. Food security. http://www.igeo.uerj.br/VCBG-2004/Eixo1_098.htm (23 de Setembro de 2005- 20:24h)

<http://www.embrapa.br/noticias/not.0532.htm> (30 de Setembro de 2005-9:25h);

Frankenberger and McCaston-<http://www.fao.org/docrep/X0051t05.htm> (15 de Dezembro de 2005-11:35h)

<http://www.fao.org/docrep/005/y4671e/y4671e06.htm> (15. De Dezembro de 2005- 10:42h)

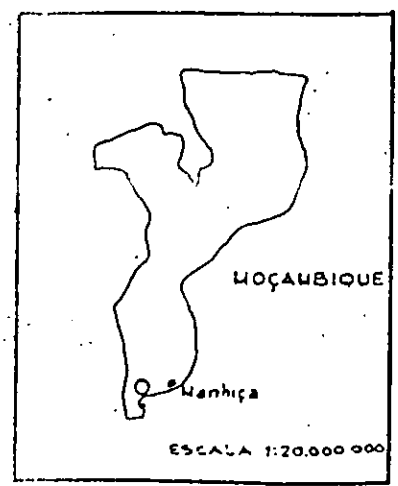
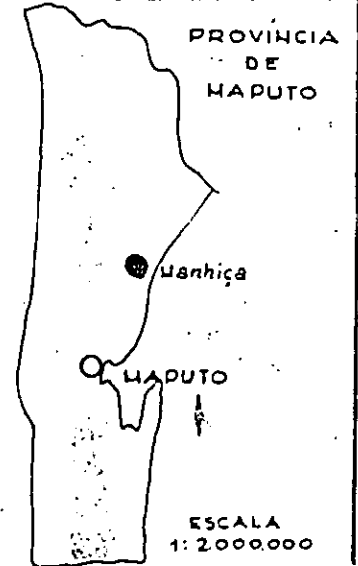
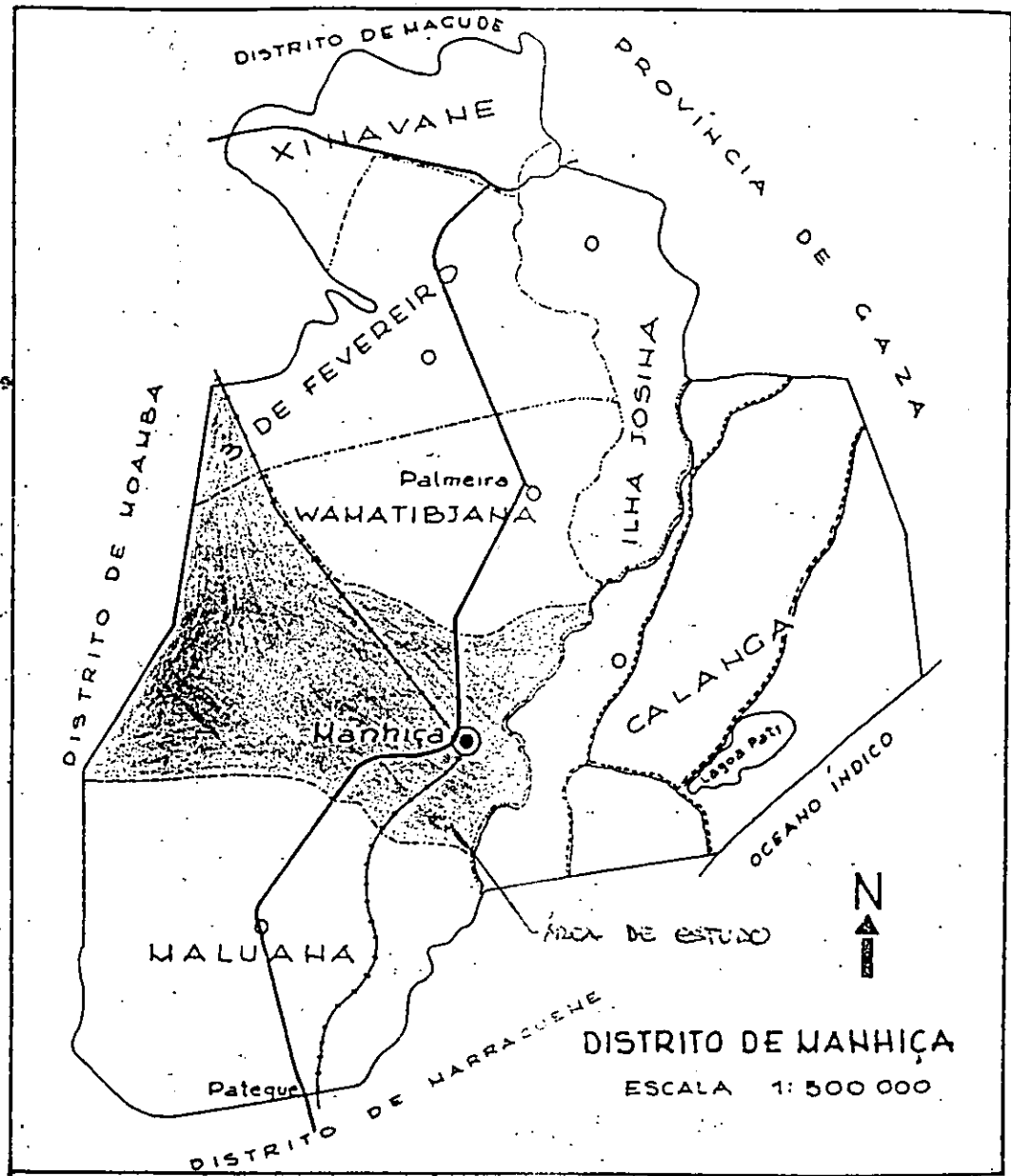
Entrevistas Realizadas pelo autor no Posto Administrativo da Manhiça

Nome	Ocupação	Local de entrevista	Data
Aida Santos Tembe	camponesa	Aldeia de Cambeve	11.01.2006
Argentina Mbeve	camponesa	Aldeia de Cambeve	11.01.2006
Ana Machava	camponesa	B° Nwachinengane	12.01.2006
Alberto Muhassue	t.da Maragra	B° Nwachinengane	12.01.2006
Armando Mapanzene	camponês	B° Nwachinengane	12.01.2006
António Ngove	Camponês	Aldeia de Ribangue	13.01.2006
Adélia Macamo	Camponesa	Aldeia de Ribangue	13.01.2006
Alexandre Machava	Agricultor	Aldeia de Ribangue	13.01.2006
André N.R. Manhiça	Régulo	Aldeia de Ribangue	16.01.2006
Agostinho Ngovene	camponês	Aldeia de Ribjene	16.01.2006
Augusto Ntimani	T.da Maragra	Localidade de Maciana	17.01.2006
Aventina Ncutani	camponesa	Lcalidade de Maciana	17.01.2006
Argentina Cumbane	camponesa	Localidade de Maciana	17.01.2006
Albertina Machava	camponesa	Localidade de Maciana	17.01.2006
Ana Manhiça	camponesa	Feira Agrícola da vila	18.01.2006
Carolina Machava	camponesa	B° 2 da Vila da Manhiça	18.01.2006
Catarino Manhiça	agricultor	Sede da UNAC-Maputo	28.07.2005
Cecília Tovela	Camponesa	Chibututuine	16.01.2006
Celeste Chirindza	camponês	Aldeia de Ribjeni	16.01.2006
Constant. Matsimbe	camponês	Aldeia de Ribjeni	16.01.2006
Cristina Machava	camponesa	Localidade de Maciana	17.01.2006
Elisa Macaringue	camponesa	Aldeia de Cambeve	11.01.2006
Francisco Tembe	t.Maragra	Aldeia de Cambeve	11.01.2006
Fernand. Mahumana	camponês	Aldeia de Ribangue	13.01.2006
Fortuna Mabunda	professor	Aldeia de Ribjeni	16.01.2006
Fernando Manhiça	camponês	Localidade de Maciana	17.01.2006
Gabriel Chambe	Téc. de Agricultura	DDA-Manhiça,	18.10.2005
Germano Matusse	camponês	Aldeia de Ribjeni	16.01.2006
Gilda Ripinga	camponesa	Aldeia de Cambeve	11.01.2006
Hortência Nhamuss.	camponesa	Feira agrícola da vila	18.01.2006
Isaura Siteo	camponesa	B° Nwachinengani	12.01.2006
Joana Mboane	camponesa	B° 2 da vila da Manhiça	18.01.2006
Jonas Muianga	camponês	Aldeia de Ribjeni	16.01.2006
Jorge Chavana	camponês	B° Nwachinengane	12.01.2006
Judime Ndimande	camponesa	Aldeia de Ribangue	13.01.2006
Julieta Muianga	camponesa	Aldeia de Cambeve	11.01.2006
Júlio Matlava	camponês	Aldeia de Ribangue	13.01.2006
Laura Nzauane	camponesa	Aldeia de Ribjeni	16.01.2006
Laura Chúre	camponesa	Localidade de Maciana	17.01.2006
Lea Chauque	camponesa	Aldeia de Cambeve	11.01.2006
Lúcia Inchope	camponesa	Chibututuine	16.01.2006
Luís Chavane	pequeno agricultor	Aldeia de Ribangue	13.01.2006
Luís Nhampobsse	camponês	Chibututuine	16.01.2006
Luísa Matsolo	camponês	Aldeia de Ribangue	13.01.2006
Marcelina Balate	camponês	Chibututuine	16.01.2006
Maria Litsuri	camponesa	Aldeia de Ribjeni	16.01.2006
Maria Mugabe	camponesa	B° 2 da vila da Manhiça	18.01.2006
Marta Siteo	camponesa	B° Nwachinengane	12.01.2006
Marta Zunguene	camponesa	Aldeia de Ribangue	13.01.2006
Marta Saveca	camponesa	Aldeia de Ribjeni	16.01.2006
Pedro Machava	camponês	B° 2 da vila da Manhiça	18.01.2006
Rita Chihepe	camponesa	Chibututuine	16.01.2006
Safelina Buque	camponesa	Localidade de Maciana	17.01.2006
Zacarias Mbeve	vereador da agricultura	Concelho Municipal	18.01.2006

Projeto de desenvolvimento rural do distrito da Manhiça MAPA COORDENADO 1988

folha nº 1

MAPA 2- Divisão Administrativa do Distrito de MANHIÇA



Anexo nº2

Tabela nº1: Distribuição da População do Posto Administrativo da Manhiça por Sexo e Local de Residência

P.A. da Manhiça	Sexo		Total	%	%		%
	H	M			H	M	
V. da Manhiça	4761	5620	10381	25.56	45.86	54.14	100
Loc. da Manhiça	8100	10067	18167	44.72	44.59	55.41	100
Loc. de Maciana	5587	6486	12073	29.72	46.28	53.72	100
Total	18448	22173	40621	100	45.41	54.59	100

Fonte: Chavana, 2003:24

Tabela nº2: Situação Escolar do Posto Administrativo de Manhiça.

Nível	Nº de escolas	Nº de alunos	%	Nº de profess.	%
EP1	21	12838	67.33	472	68.4
EP2	2	1200	6.29	144	20.87
ESG	1	1555	8.16	32	4.64
IMAP	1	775	4.06	42	6.09
Total	25	19068	100	690	100

Adaptado: Relatório DDE, 2004

Apêndice A

Evolução da Produção Agrícola no Sector Familiar, 1994-2004

Tabela nº3: estatísticas em toneladas

Época agrícola	Produção do S. familiar(t)	Produção do s.privado	Total da Produção
94/95	32224	12991,1	45215,1
95/96	6810,55	6657,7	13468,25
96/97	35509,45	20140,5	55649,95
97/98	34010,85	21623,5	55634,35
98/99	27369,8	3741,5	31111,3
99/2000	26414,45	197764,1	224178,5
2000/01	30008,7	186976,2	216984,9
2001/02	72606,9	677815,3	750422,2
2002/03	24311,3	719786,3	744097,6
2003/04	42235,1	3252,3	45487,4
Total	331501,1	1850748	2182250
%	15,2%	84,8%	100%

Tabela nº 2: Percentagens

Época	S. familiar%	%S.privado	%Total
94/95	9,7	0,7	2.1
95/96	2,05	0,36	0.62
96/97	10,7	1,1	2.6
97/98	10,25	1,17	2.5
98/99	8,25	0,2	1.4
99/2000	8	10,7	10.3
2000/01	9,05	10,1	10
2001/02	22	36,6	34.3
2002/03	7,3	38,9	34,1
2003/04	12,7	0,17	2.08
Total	100	100	100
	15.2	84.8	

Percentagem total da produção familiar= 15.2%

Crescimento médio= 1112.34/ 11.11%

Produção média familiar= 33150.1t

Produção média total= 218225t

Fonte: adaptado da informação estatística agrícola da DDA-Manhiça

Apêndice B
Evolução da Produção Agrícola do distrito, em toneladas por cultura, 1994-2004

Cultura	94/95	95/96	96/97	97/98	98/99	99/2000	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	Total
Milho	7836,8	982	11773,6	7571	21477	8606,65	4400	11953	1591,7	8407,7	84599,45
Amendoim	334,5	173,8	446,7	978,6	1885	990,9	3313,5	6313	29,5	231,8	14697,2
f. nhemba	210,4	159,75	354,15	864	3623,5	63,3	1461	2427	218,1	457,5	9838,7
f. manteiga		21	213	62,25			556,2	37,9			890,35
Mandioca	15903	2712	11780	12888		6557,6	8384	36082,8	1360	16353	112020,2
Banana	2745	1278	2440	584	139	184	232	693	176	2800	11271
Hortícolas	1175	745	1428	1685,4	6,5	832	2165	865		245	9146,9
Tomate	491	397	792	1236	0,5	1098		922	8	187	5131,4
Cebola	428	342	624	772	3	756		868,2		80	3873,2
batata-doce	3059		5418	7248	235,3	7326	9497	10070	20928	13421,1	77202,4
Arroz	41,6		240	121,6				2375		52	2830,2
Total	32224,3	6810,55	35509,45	34010,85	27369,8	26414,45	30008,7	72606,9	24311,3	42235,1	331501,1

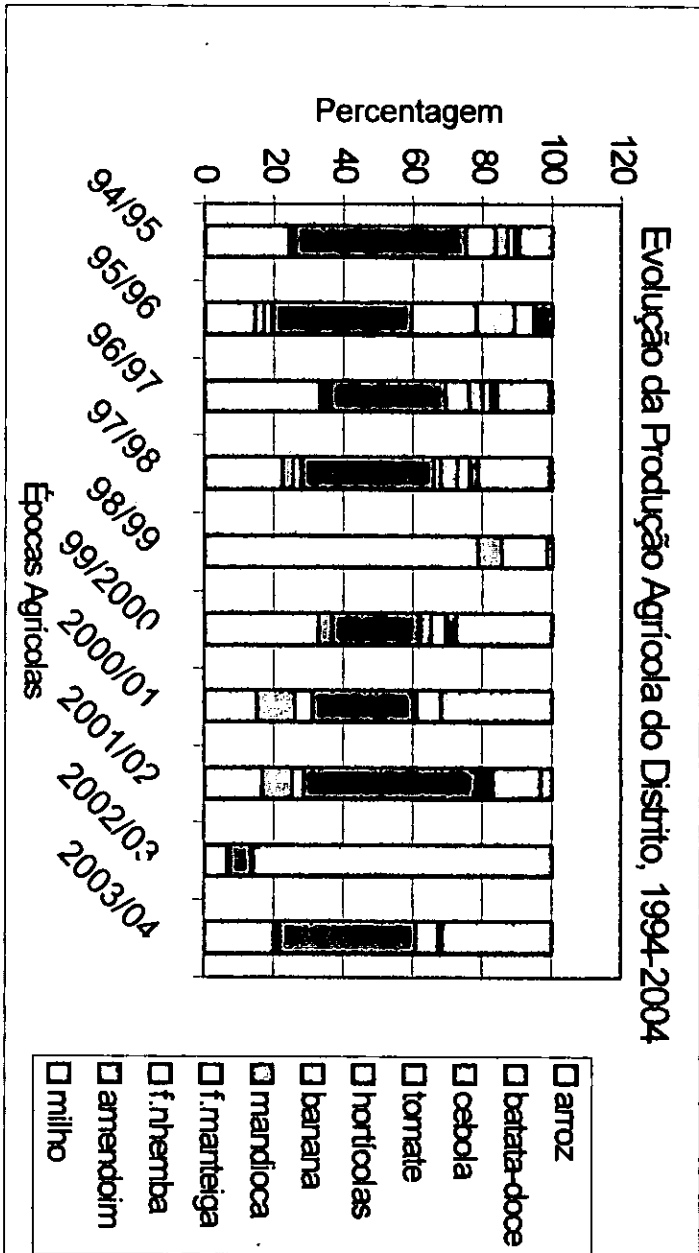
Fonte: adaptado da informação estatística da produção agrícola do distrito da Manhica, DDA-Manhica

Anexo B-1 - Evolução da Percentual da Produção do distrito, 1994-2004

Cultura	94/95	95/96	96/97	97/98	98/99	99/2000	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04
milho	24,3	14,4	33,1	22,3	78,5	32,6	15	16,46	6,5	20
amendoim	1	2,6	1,26	3	7	3,8	11	8,69	0,12	0,5
f.nhembra	0,7	2,3	1	2,5	13	0,2	5	3,34	1	1,1
f.manteiga		0,3	0,6	0,2			2,00%	0,05		
mandioca	49	39,8	33,17	38		24,8	29	49,68	5,6	39
banana	8,5	18,8	6,87	1,7	1,4	0,7	1	0,95	0,7	6,6
hortícolas	3,6	10,9	4,02	5	0	3,1	7	1,19		0,6
tomate	2	5,8	2,23	3,6	0	4,2		1,27	0	0,4
cebola	1,3	5,1	1,8	2,3	0	2,9		1,2		0
batata-doce	9,5		15,25	21	0,1	27,7	32	13,9	86,08	31,7
arroz	0,1		0,7	0,4				3,27	-	0,1
Total %	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: adaptado da informação estatística da produção agrícola do distrito da Manhíça, DDA-Manhíça

Apêndice B-2- Gráfico da Evolução da Produção agrícola, 1994-2004

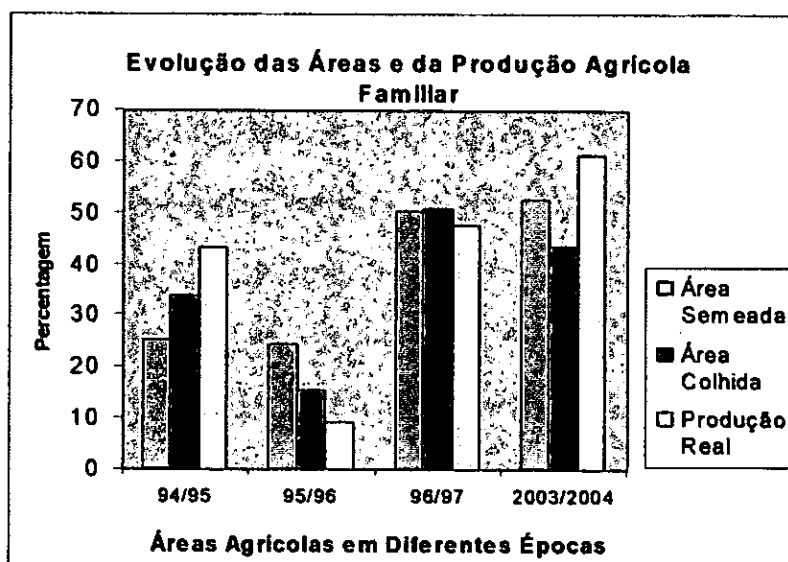


Fonte: adaptado da informação estatística da produção Agrícola da DDA-Manhiça

Apêndice C

Evolução das áreas e da Produção Agrícola Familiar

Extensão	Area	94/95	Area	95/96	Area	96/97	Area	2003/04	Total
A Semeada	14749,5	25,2	14342	24,5	29409	50,27	30134,7	51,5	58501
Area Colhida	14037,5	33,8	6427	15,47	21067,5	50,7	18072,6	43,5	41532
Prod: Real	32224	43,2	6810,5	9,2	35509,5	47,6	45487,4	61,0	74544



FONTE: Adaptado dos dados estatísticos da produção Agrícola do Distrito

Apêndice D

Duração das Reservas Alimentares

Duração das Reservas Alimentares	
Nº de entrevistados	54
0-1 mês	16.6%
2-4 meses	44.4%
5-6 meses	9.26%
7-9 meses	14.8%
10-12 meses	25.9%

Fonte: adaptado a partir das entrevistas realizadas em Manhija

Apêndice E

Relação de Produtos Comercializados

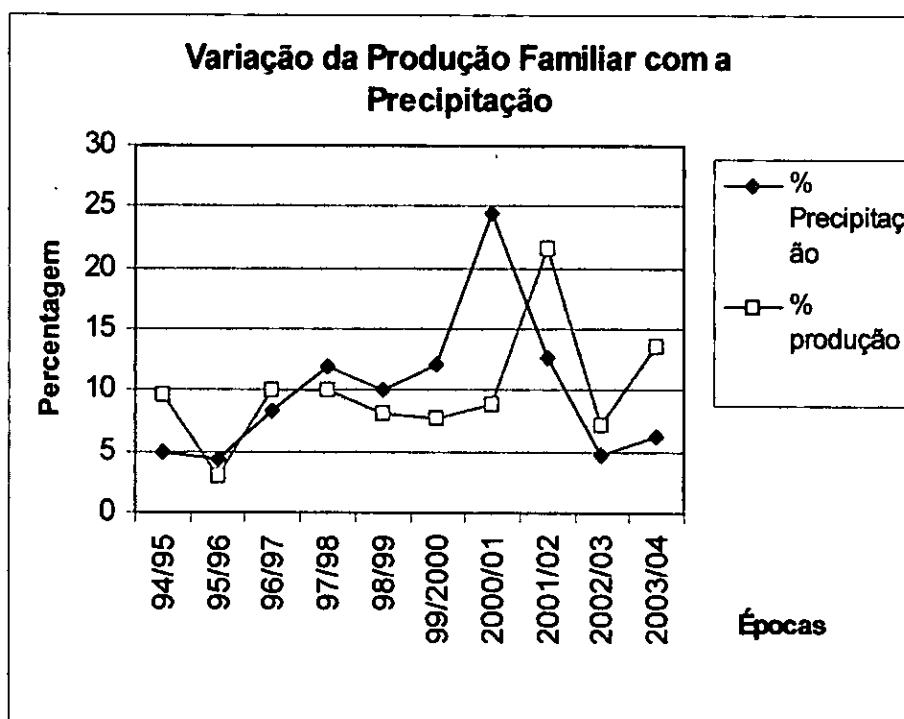
Produto	Quantidade	Preço (Mt)
<i>Batata-doce</i>	Montinho	5-10 000.00Mt
	Bacia	20-25 000.00 Mt
	Saco	120-150 000.00 Mt
<i>Cana sacarina</i>	1 de consumo	1000.00 Mt
	15 canas	20 000.00 Mt
	20 canas	35 000.00 Mt
<i>Banana</i>	1 dúzia	5-10 000.00 Mt
	1 carrada	150 000. 00 Mt
<i>Hortaliças</i>	Montinho	5-10 000.00 Mt
<i>Milho e F. Nhemba</i>	Caneca	5 000.00 Mt
<i>Amendoim</i>	1 copo	5 000.00Mt
Bebidas	Quantidade	Preço (Mt)
<i>Bebida de cana</i>	5 litros	10 000.00 Mt
<i>Aguardente de 1ª qualidade</i>	1 caneca	2-2500.00 Mt
	5 litros	30 000.00 Mt
	25 litros	150 000.00 Mt

Fonte: adaptado pelo autor a partir da informação prestada pelos entrevistados.

Apêndice F

Varição da Produção agrícola com a Precipitação, entre 1994 e 2003

Épocas	Produção		Ano	Precipitação	
	Quantida de	%		Quantida de	%
94/95	32224	9,6	1994	738,7	4,86
95/96	6810,55	3	1995	667,5	4,39
96/97	35509,45	10	1996	1269,1	8,36
97/98	34010,85	10,05	1997	1819,1	11,98
98/99	27369,8	8,1	1998	1536,8	10,12
99/2000	26414,45	7,8	1999	1835,9	12,09
2000/01	30008,7	8,96	2000	3718	24,5
2001/02	72606,9	21,69	2001	1922,2	12,66
2002/03	24311,3	7,2	2002	723,2	4,76
2003/04	42235,1	13,6	2003	953,7	6,28



Fonte: adaptado do cruzamento entre as informações das estatísticas da produção da DDA-Manhiça e a informação meteorológica da Manhiça fornecida pelo Instituto Nacional de Meteorologia.

Guião de Entrevista- Manhiça Para os produtores

- **Dados pessoais:** (histórias ou passagens de vida)

Identificação.....

P: Quando é que se casou?.....

P: Quantas mulheres tem?.....

P: Quantos filhos tem?.....

P: Chegou de frequentar a escola no seu período de infância?.....

P: Em que escola você estudou?.....

P: Onde é que antes trabalhava para além da machamba?.....

P: Onde é que trabalha agora?.....

P: Quantas pessoas trabalham na sua família?.....

- **Aspectos da Produção:**

P: como é que produziam no período anterior à guerra?.....

P: Como é que produzia no período da guerra?.....

P: Como é que avalia a sua produção antes e depois da guerra?.....

P: Quantos sacos produzia antes da guerra e quantos produz agora no sequiro e na zona baixa?.....

P: tem árvores de frutas na sua machamba?.....

P: O que faz com as frutas da sua machamba?.....

P: Quantas machambas tem e onde se localizam?

P: Que tipo de culturas produz na sua machamba?.....

P: O que é que mais gosta de produzir?.....

P: Como é que trabalha na sua machamba?.....

P: A sua machamba tem sistema de irrigação?.....

P: Quantos sacos costuma ter na época da colheita?.....

P: Quantas vezes colhe por ano?.....

P: O que é que faz com a sua produção?.....

• **Consumo:**

P: Terá passado por situações de fome desde o fim da guerra até agora?.....

P: O que é que conseguia a comida?.....

P: Conseguia alimentar a sua família com a comida da sua machamba?.....

P: Quantas variedades de alimentos cozinha durante a semana?.....

P: Quantos meses duravam a comida que guarda em casa para o consumo?.....

P: E quando acabava a comida, como é que conseguia alimentar a família?
.....

• **Condicionantes da produção**

P: Na sua opinião, o que é que tem afectado a produção agrícola?.....

P: Terá vivido alguma situação de seca ou cheias?.....

P: Quando é que ocorreram?.....

P: o que é que aconteceu com as culturas?.....

P: Como é que conseguia alimentar a sua família?.....

P: É camponês associado ou não?.....

P: Que acha dos camponeses associados?.....

• **Comercialização**

P: Conseguia ter um excedente agrícola para a venda?.....

P: Que tipo de produtos vendia?.....

P: E as bebidas eram vendidas?.....

P: Como é que fabricam essas bebidas?.....

P: Em que mês do ano são fabricadas?.....